

www.proec.ufg.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS . PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

extensão e cultura



ISSN 1677-9037

ABRIL 2003

ANO V Nº I

HOME

MADE IN BRAZIL

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA

FIQUE CONECTADO NOS
CURSOS OFERECIDOS
PELA UFG virtual.
MAIORES INFORMAÇÕES
ACESSE O NOSSO SITE,
www.ufgvirtual.ufg.br



Visite nosso site: www.ufgvirtual.ufg.br
E-mail: contato@ufgvirtual.ufg.br

UFGVirtual
Prédio da Biblioteca Central - Universidade Federal de Goiás
Campus Samambaia - C.P. 131 - Cep: 74001-970 - Goiânia - GO
Telefone: (0xx62) 521-1381 - Fax: (0xx62) 521-1332



Universidade Federal de Goiás



Reitora

Prof.^a Dr.^a Milca Severino Pereira

Vice-Reitor

Prof. Msc. Lázaro Eurípedes Xavier

Assessor Especial da Reitoria

Prof. Dr. José Luiz Domingues

Chefe de Gabinete

Téc. Ass. Educ. Valterson Oliveira da Silva

Pró-Reitora de Graduação - Prograd

Prof.^a Dr.^a Celene Cunha M. A. Barreira

Pró-Reitora de Extensão e Cultura - Proec

Prof.^a Dr.^a Ana Luíza Lima Sousa

Pró-Reitora de Administração e Finanças - Proad

Prof.^a Msc. Ilka Maria da Almeida Moreira

Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional e Recursos Humanos - Prodirh

Prof. Msc. Emilson Rocha de Oliveira

Pró-Reitora de Assuntos da Comunidade Universitária - Procom

Enf.^a Ivete Santos Barreto

Coordenadora de Assuntos Internacionais

Prof.^a Adriane Cecília T. O. Teles

Coordenador de Comunicação Social

Gilberto Marinho

Assessoria da Proec-UFG

Coordenador de Extensão Cultural: Prof. Dr. Magno Medeiros

Assessora de Extensão: Prof.^a MSc. Estelamaris Tronco Mônico

Assessora de Extensão Cultural: Prof.^a MSc. Valéria Figueiredo

Coordenador da UFG Virtual: Prof. Dr. Joaquim Tomé de Sousa

Diretora do Espaço Cultural: Izabete Ataíde



Ano V, n.1 - Publicação semestral da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFG - Abril, 2003

Direção

Prof.^a Dr.^a Ana Luíza Lima Sousa (Proec)

Edição

Prof.^a Estelamaris Tronco Mônico (Fanut)

Assessoria Editorial

Gilberto Marinho - Ascom

Conselho Editorial

Margareth Cavalcante de Castro (FL), Ruffo de Freitas Júnior (FM), Magid Elie Khouri (EEC), Dilamar Candida Martins (FCHF), Nilson Mendes Borges (Siape) e Estelamaris Tronco Mônico (Fanut)

Reportagem

Flávia Franco e Giovanna Shintome (Bolsistas - Proec)

Projeto Gráfico e Diagramação

Daniel Segatti

Fotografia

Cleide Vilela (Ascom)

Itamar Sandoval (Agência Focal Image)

Capas

Clewerson Souza Netto (Proec)

Impressão e acabamento

Centro Editorial e Gráfico da Universidade Federal de Goiás (CEGRAF) - UFG

Correspondência

Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Universidade Federal de Goiás

Campus Samambaia - Bl. ICB III - C.P. 131

74001-970 - Goiânia - GO

Tel.: (62) 521-1198 - Fax: 521-1328

Home page: www.proec.ufg.br

As idéias e opiniões aqui veiculadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

Apresentação



"Com esta edição especial sobre o tema "Fome", estamos inaugurando uma nova etapa da nossa revista".

Caro leitor,

Com esta edição especial sobre o tema "Fome", estamos inaugurando uma nova etapa da nossa revista. Desde o primeiro número, ela vem passando por várias lapidações, algumas sugeridas por professores da Universidade Federal de Goiás (UFG), que abraçaram essa causa conosco, outras geradas e nascidas dentro da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proec).

Orgulhamo-nos de apresentar a você um veículo de comunicação em novos moldes, revigorado, revestido em novos trajes, mostrando, mais uma vez, que a UFG trabalha em sintonia com a sociedade.

Optamos, para uma melhor organização dos textos e artigos aqui veiculados, por, doravante, publicar revistas temáticas. Dessa vez, em virtude do programa de governo "Fome Zero", estamos apresen-

tando trabalhos feitos pela Universidade no intuito de colaborar com o combate à fome no Brasil.

Este número apresenta uma seleção de artigos de professores dos campi de Goiânia e do Campus avançado de Catalão que se preocupam em buscar soluções para um problema que afeta milhões de brasileiros. Complementando os artigos, estão também os relatos de entrevistas feitas durante a produção da revista.

Não poderíamos nos esquecer de ressaltar que a nossa revista foi indexada e recebeu um International Standard Serial Number, que pode ser visto na capa. Estamos trabalhando para oferecer a você, leitor, sempre o melhor nas nossas publicações.

Seja bem-vindo à nova *Revista da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura!*

Ana Luiza Lima Sousa
Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Sumário

Combate à fome em
Goiás 06

Solidariedade com qualidade,
é possível? 07

ENTREVISTA: Maria Raquel
Hidalgo Campos 14

Pesquisa e extensão
construindo saúde: um
trabalho de combate à
fome 21

Pó da casca de ovo como
fonte de cálcio 24

Determinantes sociais,
políticos e econômicos
da situação nutricional
da sociedade
brasileira 10

Governo Lula: ... E as
iniciativas sociais
plurais da ação da
cidadania contra a
fome? 17

Política monetária e produção agropecuária 27

Situação da (in)segurança alimentar no Brasil 30

Segurança alimentar, reforma agrária
e agricultura familiar 36

Fome Zero e a produção de alimentos 40

O papel da Universidade na política de
combate à Fome 42

Combate à fome em Goiás

Experiência em Monitoramento de Política Social

Não se discute a intrincada relação entre fome e pobreza, ambas complexas pelas carências que envolvem. Ao procurar refletir sobre o papel da Universidade na busca incessante de atenuá-las, pelo menos duas evidências se apontam, e procuraremos aqui discuti-las – a escola (alfabetização e ensino fundamental) constitui importante instrumento, além das políticas sociais vinculadas à educação: o fenômeno “fome” possui um caráter localizado e sazonal.

A Universidade tem clara, além da sua função social, a missão de promover o desenvolvimento sustentado, em suas dimensões socioeconômica, cultural, política e ambiental. Reconhece-se a necessidade premente do ataque às questões da fome, de forma estrutural, macroeconômica, mas sobretudo, há que se buscar diversificar as soluções, em nível regional e local, de forma estratificada e com o envolvimento crescente da comunidade.

A globalização e mercados cada vez mais exigentes devem se constituir em oportunidades para expansão do emprego e melhoria de renda das famílias envolvidas com a produção. O agronegócio já deu mostras do seu importante papel nos cenários nacional e internacional, demonstrando ser capaz de garantir suprimento alimentar, não se concebendo a hipótese de necessidade de importação de alimento para cumprir metas do programa, conforme anunciado. VAI FALTAR ALIMENTO[...]2003.

O agronegócio, pujante, em Goiás, pode exercer importante papel, inclusive político, além da função de gerar empregos – vínculos marcantes no combate à fome. De fronteira agrícola a importante celeiro da produção de grãos, carnes e leite, o estado de Goiás busca se estruturar e organizar tendo em vista a crescente agregação de valor, com mais qualidade, para atender consumidores cada vez mais exigentes nos mercados daqui, dos nossos parceiros comerciais e dos nossos competidores e consumidores internacionais.

Reconhece-se, também, de forma contundente, o importante papel da agricultura familiar no conjunto da produção. As tecnologias são abundantes, e estão em fase de constante escrutínio, na tentativa de se adaptarem aos diferenciados ambientes, físicos e socioeconômicos. Tem sido intenso o trabalho das instituições de ensino e extensão e da Embrapa, na expansão da base de conhecimentos para o agronegócio, nos diversos elos da cadeia produtiva. A característica sazonal da produção agropecuária, que é também marcante na sazonalidade da deman-

da por emprego, reflete-se na questão da fome.

Ao tratar da fome, e de suas características, estudo recente desenvolvido na UFG – contratado pelo MEC, através da Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Avaliação, da Secretaria Nacional do Programa de Bolsa Escola, com o apoio do PNUD – oportunizou uma análise, em grupos de comparação, desvendando importantes aspectos dessa realidade. Essa experiência merece um espaço à parte, uma análise mais detalhada. Ela surgiu de um trabalho detido de elaboração do Plano Nacional de Avaliação dos Programas de Bolsa Escola, do qual participamos, e culminou com a implementação do Projeto Piloto em Goiás (Simões & Teixeira, 2002; *Monitoramento dos programas...*, 2002).

Ao contatar 757 famílias-alvo dos programas de bolsa escola, em 60 municípios e 124 escolas, no Estado (120 famílias urbanas em Goiânia e 220 rurais, cuja renda principal é oriunda de atividades no campo), foi possível aferir suas rendas e despesas, suas condições da moradia e seu status nos programas sociais, em nível federal e estadual, estabelecendo linhas de base para a análise dos impactos e do custo-efetividade dos programas de bolsa escola implementados na Região. Importante ressaltar que o trabalho tem sido acompanhado de perto por consultores do BID, permitindo inferir a especificidade dessa população, enquanto não se concretizam as informações dos cadastros complexos que se pretendem implementar.

O estudo piloto permitiu importantes inferências, para ações de combate a esses problemas crônicos que nos afligem. Ao aferir renda e despesas das famílias carentes assistidas pelos programas de bolsa escola, na capital e no interior do Estado, aspectos socioeconômicos relevantes emergem na caracterização dessa população-alvo:

- As rendas das famílias, classificadas em sextis, apresentaram valor *per capita* médio de R\$ 45,00 por mês e R\$ 22,00 de desvio-padrão, em maio de 2002.
- As famílias com média menor que dois desvios-padrões de renda constituem um grupo de 30, cuja renda-base (sem benefícios dos programas) *per capita* foi declarada inferior a R\$ 1,00/mês. Dependem exclusivamente da renda dos programas sociais.
- A composição da renda total das famílias é predominantemente (60%) resultante dos rendimentos dos adultos, ou do trabalho de outros membros (10%) e de aposentadorias (3,8%). As ajudas governamentais, em bolsa escola e seguro desemprego, representam 22,4%, no conjunto; as cestas básicas e os tíquetes-alimentação, 2,5%.
- Dentre os responsáveis por essas famílias, 92,3% são mulheres; desses, 12,8% têm grau zero de instrução (são analfabetos), 4,6%, ensino médio completo e 13,1% estão na escola.
- Dentre essas famílias, 68% possuem residência própria – 98% do total das residências com energia elétrica e 91% com água encanada.
- Do total das famílias estudadas, 82, ou 10,8%, foram classificadas como indigentes, cuja renda-base não é suficiente para cobrir os gastos com alimentação. Esse contingente constitui o primeiro alvo de políticas de combate à fome. Quando considerada a renda dos programas de bolsa escola, esse número de indigentes se reduz a 31, ou seja, os programas reduzem a indigência, nessa amos-

tra, em 62%.

- Crianças de famílias rurais tendem a apresentar menores índices de atraso escolar.
- A grande maioria (96,8%) das famílias prefere o benefício da bolsa escola à cesta de alimentos, uma vez que pode usar o benefício para aquisição de material escolar, roupa e comida.
- A grande carência deixa clara a necessidade de ampliar, e muito, o número de cotas. Esse fato se evidencia no contato com as escolas, cuja comunidade reconhece a importância dos programas e a necessidade de ampliá-los, para o atendimento a um número maior de beneficiários.

Essas constatações nos fazem supor que é necessário explorar ao máximo as interfaces da fome e da pobreza com programas educacionais, e que a escola tem papel fundamental no sucesso desses programas, no comprometimento das famílias e da comunidade.

Explorar as características regionais, atenuar a sazonalidade do emprego, pelas vias da tecnologia, e intensificar ações que visem constituir oportunidades de valorização do nosso capital humano, nas atividades do agronegócio, principalmente no interior, constituem elementos-chave na busca de soluções desses problemas intrigantes para a nossa sociedade.

Questões educacionais, intimamente ligadas ao capital humano da Empresa, passam a ter importância fundamental também no agronegócio à medida que novas tecnologias são apropriadas. Essas tecnologias exigem um nível de escolaridade mais alto, contribuindo para melhor gestão da atividade e para sua função social. Com o auxílio das tecnologias, o agronegócio pode desempenhar melhor o seu importante papel de produzir alimento, garantindo a segurança e salubridade dos alimentos.

**Professora da Escola de Agronomia - UFG e*

pesquisadora da Embrapa.

Referências

- SIMÕES, Armando Amorim; TEIXEIRA, Sônia Milagres. (Org.). *Plano Nacional de Avaliação do Programa de Bolsa Escola*. Brasília: Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Avaliação da Secretaria Nacional do Programa de Bolsa Escola/MEC, 2002.
- MONITORAMENTO dos programas de bolsa escola em Goiás. Brasília, 2002. Relatório para MEC e PNUD.
- VAI FALTAR alimento para o Fome Zero. *Correio Brasiliense*, Brasília, 24 jan. 2003.

Solidariedade com qualidade, é possível?

"**A** Andressa chegou aqui com sete meses. Não ria, não sentava, não fazia nada e era um fiapo (pesava 4 kg). Ela agora tem um ano de idade, já está andando e virou essa menina linda! Quando entrou no Projeto, era uma criança com desnutrição aguda e ainda continua assim, apesar de as suas condições do ponto de vista de desenvolvimento terem melhorado muito. A tendência dela é superar isso", disse a professora Estelamaris Tronco Mônico, professora na Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (UFG), que atua como voluntária e supervisora na Organização Não-Governamental conhecida como Projeto Amar.

Andressa é uma das 230 crianças atendidas nas duas unidades do Projeto Amar, que funciona há treze anos na região leste da grande Goiânia. A UFG está presente, com seus alunos,

e atua em parceria com entidades religiosas como a Mocidade Para Cristo (MPC) e a Igreja Presbiteriana Maranatha.

O Amar está situado num bolsão de pobreza da cidade, e uma de suas unidades se localiza no bairro Dom Fernando II, onde atende crianças e adolescentes de baixa renda. O Projeto funciona como creche durante o dia todo para crianças de zero a seis anos e como reforço escolar para meninos e meninas de sete a dezoito anos que estejam matriculados em alguma escola. Lá é local seguro, onde as crianças passam o dia enquanto seus pais trabalham.

O bairro onde está localizada essa unidade apresenta alto índice de tráfico de drogas, e as crianças e jovens têm sido seduzidos pelos traficantes, que muitas vezes retiram-nos de seus lares e até mesmo das escolas. O Projeto propõe o acompanhamento desses jovens visando afastá-los da marginalidade social, mas esse não é o seu único objetivo. Ele também atua para aumentar as expectativas de uma vida digna para meninos e meninas, desenvolvendo, por exemplo, oficinas ocupacionais, como as de culinária, artesanato e outras. Além disso as crianças têm todas as suas necessidades nutricionais diárias atendidas, con-

siderando que fazem quatro refeições (café da manhã, almoço, lanche e jantar).

A UFG está presente em todos os momentos do Projeto, mas principalmente nas atividades de acompanhamento das crianças. Por lá passam, de forma esporádica, acadêmicos de enfermagem e odontologia. Mas é o curso de Nutrição que mantém com o Projeto uma parceria consolidada há onze anos. Em decorrência disso, a UFG tem assumido o papel de coordenação técnica das atividades do Amar.

A avaliação feita quatro vezes ao ano permite o acompanhamento longitudinal do estado nutricional dos beneficiários, possibilitando a prevenção de um agravamento desse estado e também recuperando casos que já adentram com quadros de gravidade estabelecidos. Quando alguma criança é avaliada e identificada como desnutrida, são recomendados cuidados especiais, além de haver um acréscimo em suas refeições, sob a orientação de acadêmicos de nutrição.

Outra forma de atuação no combate à desnutrição e à fome é a Oficina de Arte Culinária. Os primeiros passos da oficina começam dentro da sala de aula. Os alunos da Faculdade de Nutrição da UFG são os instrutores. Trabalham com temas relacionados à realidade local. Por exemplo, em determinado mês, trabalha-se o tema "verão". Como

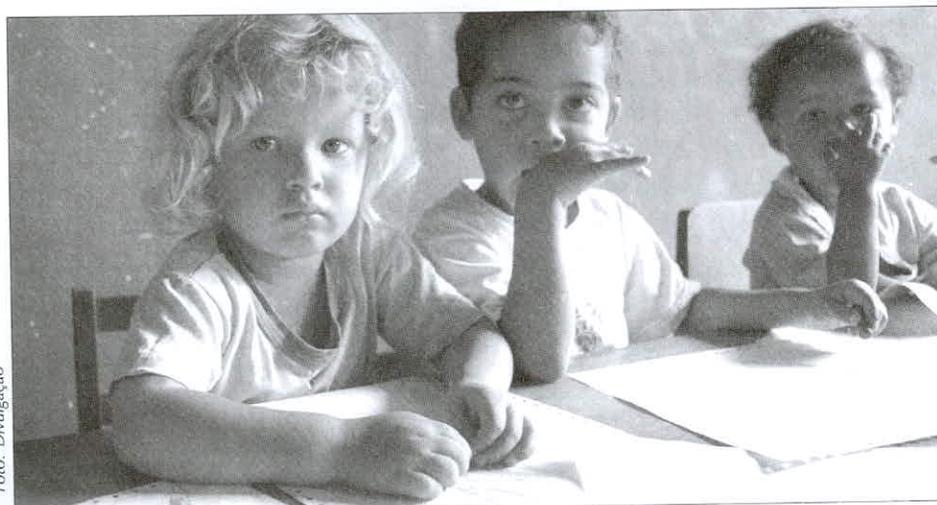


Foto: Divulgação

a nutrição pode contribuir para melhorar a vida dessas crianças no verão? Recomenda-se uma alimentação leve e saudável, além de cuidados em relação à hidratação.

Essa oficina é importante porque a grande maioria das crianças que parti-

Atraves do projeto Amar, a Faculdade de Nutrição da UFG ajuda no atendimento de 230 crianças desnutridas

cipam do projeto ajuda nas atividades domésticas, e a oficina de culinária ensina a prevenir acidentes e a aproveitar de forma mais racional os alimentos disponíveis em casa. Ela também contempla a educação nutricional, propiciando mudanças nas práticas alimentares, combatendo a carência e evitando o excesso alimentar, contribuindo dessa forma para a melhoria da qualidade de vida das crianças e famílias.

Na sala de aula, os instrutores falam sobre os alimentos disponíveis na região e que podem ser aproveitados. São sugeridos sucos e saladas com base no que está mais barato na feira. Em algumas ocasiões, realiza-se a ida ao supermercado do bairro, para identificar alimentos, conhecer rótulos e pesquisar preços. Juntos, professores e alunos escolhem determinada receita. Doce de manga, fruta de grande produção em várias residências do bairro, por exemplo. Partindo de uma receita individual, é feito o ajuste para o número de crianças da sala, que são em torno de vinte.

O próximo passo é a etapa prática da oficina. As crianças lêem as receitas novamente e vão para a cozinha. Lá, existem vários direitos e deveres que devem ser respeitados, como cortar as unhas, lavar os alimentos. A liberação do uso da faca é apenas para os mais velhos.

As crianças colocam a mão na massa e os alunos da nutrição vão dando as coordenadas. Quando a preparação está pronta, outro grupo entra na co-

zinha para fazer uma receita diferente. Depois de todas as turmas terminarem, as crianças se reúnem, cada grupo conta o que fez, como fez e, claro, todos comem!

Todos os momentos da oficina são utilizados para o aprendizado: matemática na hora das medidas e pesagens, português na leitura e interpretação das receitas, história na narrativa da origem dos alimentos, dentre outros.

A realidade das crianças e dos adolescentes do Projeto é muito difícil. Todos os dias surgem problemas em decorrência da falta de estrutura familiar, como pais sendo presos, pais alcoólatras ou envolvidos com drogas, espancamento.

Na comunidade do Dom Fernando II, as famílias são compostas por pessoas que deixam o meio rural cheias de expectativas otimistas com relação àquilo que o centro urbano pode lhes oferecer. Porém, a realidade encontrada é outra, desestruturando-as econômica, cultural e psicologicamente. Seus filhos, quando possível, freqüentam escolas com conteúdos totalmente divergentes da realidade doméstica, do âmbito familiar, eclodindo nessas escolas as desigualdades.

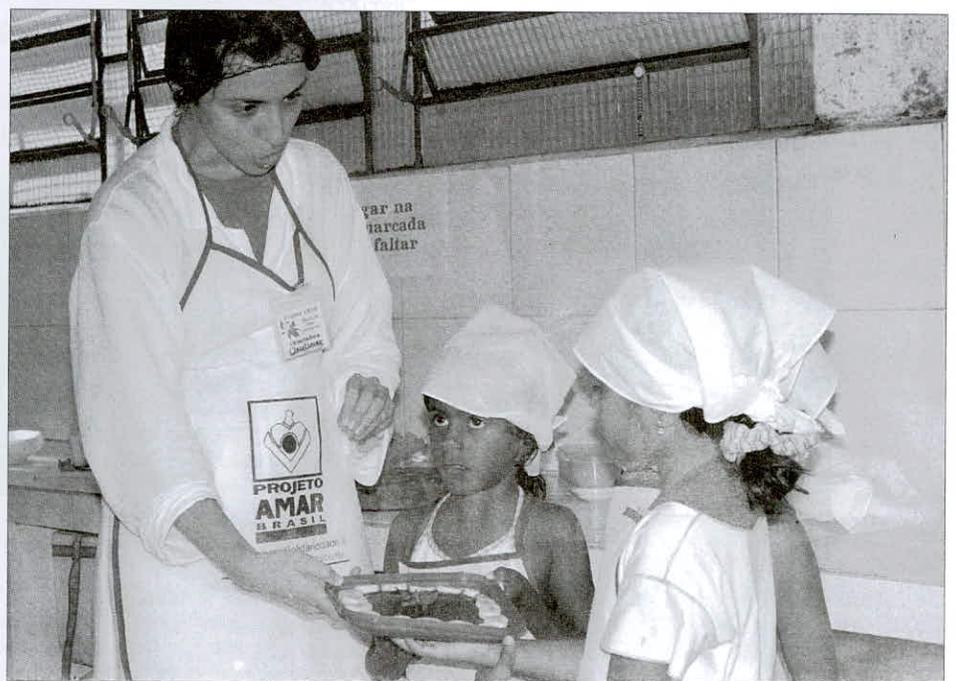
"Já tivemos casos aqui até de crian-

ças molestadas sexualmente por pessoas da família. Na verdade, as famílias são frutos de uma situação social horrorosa. Então não é só a falta de comida. O interessante do Projeto é isso: ele não se dispõe a trazer as crianças pra cá só pra comer. Ele se propõe a dar apoio social e de alimentação, construindo uma verdadeira cidadania para essas crianças" (Profa. Estelamaris T. Mônico).

Além desses cuidados apresentados, são também realizadas atividades pedagógicas, como o reforço escolar. Para isso são contratados monitores e há também a participação de voluntários. A equipe de monitores recebe treinamento ministrado por um psicólogo e um pedagogo, a fim de capacitar-se na abordagem das crianças e jovens.

"Nós temos problemas muito sérios de comportamento nas salas de aula, porque a gente trabalha com crianças com desarranjos na família. A maioria não tem a presença do pai, muitos não têm a presença da mãe. Esses casos acabam transformando a sala de aula num ambiente desequilibrado" (coordenadora Sirley A. Santiago).

Para dar maior apoio à família dessas crianças, o Projeto Amar presta ainda um interessante serviço. Trata-se do acompanhamento assistencial de visi-



O projeto AMAR não oferece apenas alimento, mas também apoio social, construindo uma verdadeira cidadania para as crianças

tas à família. Uma professora de educação cristã e outra de apadrinhamento visitam periodicamente as casas. Esse acompanhamento funciona da seguinte forma: se a criança não vai para o Projeto por mais de dois dias, ou alguém fica sabendo que o pai ou a mãe de alguma criança está doente, as visitas são mais frequentes.

Durante essas visitas, a coordenação do Projeto fica sabendo se a criança tem comida em casa, por exemplo. Se não, cestas de alimentos são fornecidas até alguém da família conseguir trabalho. Essas doações são oferecidas pelo Projeto somente após a identificação da situação de fome naquele núcleo familiar.

É também durante essas visitas que a direção do Projeto toma conhecimento de pais e mães são usuários de drogas ou bebidas alcoólicas. De acordo com Aparecida, "quando você chega na casa de alguma criança e pergunta onde está a mãe dela, ela responde: 'Minha mãe vive na rua, tia. Minha mãe é drogada.' Isso eles falam com a maior naturalidade. É o que eles vivem".

A carência de recursos humanos e financeiros impede que o Projeto atenda à demanda. Sem outras creches no Dom Fernando II, a responsabilidade do Projeto Amar é muito grande. Funcionando com salas lotadas, os seus administradores se vêem obrigados a abrir novas turmas de berçário para atender o grande número de mães desesperadas que procuram vagas diariamente. Elas precisam trabalhar e não têm onde deixar seus filhos. "A demanda está cada dia crescendo mais. A gente não tem espaço, não tem como atender e precisa atender", disse Aparecida.

O Projeto também tem de lidar com um grande déficit de voluntários. Há um consultório odontológico montado, algumas vezes utilizado por alunos da Faculdade de Odontologia da UFG que atuam com ações preventivas na saúde bucal.

O atendimento médico, quando necessário, é realizado pela equipe do Programa Saúde da Família, atuante

no bairro. O Projeto Amar é reconhecido pelo Distrito Sanitário da região; por conseguinte, ocorre em geral a assistência nos vários níveis.

A presença da UFG nesse Projeto e nessa região da cidade evidencia que é possível a participação acadêmica associando à realidade próxima o ensino oferecido nas salas de aulas e laboratórios, e também articulando o conhecimento produzido pelas pesquisas com o compromisso social de uma universidade pública. Dessa forma persegue-se a formação de um profissional que seja atualizado no conhecimento e nas técnicas, mas que também seja cidadão e comprometido com o seu tempo e com a sociedade.

O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras preconiza que a Extensão Universitária seja

... o processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável, e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade ...

Esse processo implica a comunicação da universidade com a sociedade e sua conseqüente visibilidade. É a extensão a responsável pela apresentação da universidade à comunidade. E mais do que uma apresentação, a própria inserção. É esse o papel histórico da Extensão: aproximar a universidade da sociedade, ser o instrumento de resgate dessas possibilidades.

Portanto, a extensão está presente toda vez que a academia ultrapassa seus muros, mas não significa qualquer trabalho fora do campus. Ela está presente em todos os momentos em que as ações acadêmicas transcendem a formação profissional e a busca do conhecimento. Está presente toda vez que professores, alunos e servidores devolvem à comunidade os resultados de seus esforços internos no aprendizado e na pesquisa, seja essa devolução nos mais diversos formatos, desde os já tão preconizados cursos, a promoção de eventos, serviços e apresentações, seja no formato de projetos como o Amar. Ao mesmo tempo que

A presença da UFG no projeto evidencia que é possível associar o ensino ministrado em salas de aula e laboratórios ao dia-a-dia das comunidades carentes

não reduz essas ações ao mero serviço assistencialista à população carente. Está presente sempre que o alvo dessas ações acadêmicas não se identifica simplesmente entre aqueles que já estão na academia, mas naquele outro que não chegou lá, ou mesmo naquele que já passou por lá. Nesses momentos, a extensão se realiza na sua forma mais verdadeira, pois atende ao compromisso social respondendo às demandas da sociedade.

Desta forma, sua relevância na sociedade que a sustenta será sentida não só pela presença material, mas pela repercussão do cumprimento de suas funções de uma forma socializadora e solidária.

** Pró-Reitora de Extensão e Cultura da UFG. Este artigo foi elaborado com a participação de Giovanna Shintone e Flávia Franco. Trata-se de um relato de experiência.*

Projeto Amar - Unidade I

Rua 212, qd.32, It.46, Jd. Dom Fernando II, CEP.: 74.765-230, Goiânia-GO, Tel: (62) 208-1741, Cx. Postal: 027, CEP.: 74.001-970, Ag. Central
www.projamar.hpg.com.br
E-mail: pjamar@internacional.com.br

Doações

Caixa Econômica Federal
Mocidade Para Cristo do Brasil
C/C.: 076371-9
Ag.: 0013
Operação: 003
Bradesco
C/C.: 116682-4
Ag.: 140-6

Determinantes sociais, políticos e econômicos da situação nutricional da sociedade brasileira

" **A** fome leva mais longe seus efeitos destrutivos correndo a alma da raça, a fibra dos pioneiros lutadores que conseguiram de início vencer a hostilidade do meio geográfico desconhecido, tirando-lhes toda iniciativa, levando-os à apatia e ao conformismo ou à explosão desordenada de rebeldias improdutivas, verdadeiras crises de nervos de populações neurastênicas e avitaminadas".¹

A discussão aqui colocada procura contextualizar a saúde na sociedade brasileira, à luz das articulações nos vários momentos políticos.

Entendendo a nutrição como um dos indicadores de saúde, procuramos identificar as insuficiências no perfil nutricional da população brasileira, tendo como contraponto o salário, o saneamento básico, a educação e a habitação.

Discutir saúde nos remete, necessariamente, a um conjunto de indagações que vão desde a sistemática exclusão das práticas de medicina popular até à imposição, sem infra-estrutura, das práticas institucionalizadas.

Além dessas constatações, é fundamental declinarmos nossa compreensão sobre o processo de saúde/sociedade, de modo a situar tais práticas, bem como contextualizá-las à luz do Estado liberal. Tal discussão implica identificarmos as premissas básicas das políticas sociais, em especial as de saúde.

Nesse processo, a saúde deve ser pensada à luz das relações sociais, ou seja, deve ser considerada em relação contínua e dinâmica com as determinantes objetivas – sociais, políticas, econômicas, culturais –, dado o seu caráter interdependente, porque partícipe, da estrutura social e de seus desdobramentos.

Nessa ótica, discutir saúde no modo de produção capitalista implica caracterizar a relação motriz deste, qual seja, a relação capital x trabalho. Relação esta redimensionada pelo Estado capitalista, entendido como representante da classe e de frações da classe dominante, cuja base política objetiva, a partir de um discurso de representação social, é manter e justificar sua dominação.

Tal discussão demonstra as leituras sobre a problemática de saúde, cujo pano de fundo sustenta a idéia de que os problemas sociais, a saúde, por exemplo, são passíveis de ser solucionados pela conquista, pelo manejo de técnicas e procedimentos neutros. Remete-nos ainda à constelação da saúde no contexto da dinâmica social, na condição de pensar e fazer engajados. Daí, a importância do delineamento político-pedagógico que lhe sirva de alicerce.

Na realidade brasileira, historicamente, a saúde e suas práticas têm sido relegadas a segundo plano, no qual a ênfase dos problemas recaem sobre os fatores técnicos, cuja lógica resulta em maior produtividade (quantitativo) sob a égide do capital. Como resultado encontramos uma dicotomia entre saúde coletiva e saúde individual, reforçando a cidadania a alguns e circunscrevendo a outros a cidadania de segunda ordem, portanto, excluindo-os do direito social à assistência à saúde.

O desdobramento da prática de saúde no Brasil retrata bem o descaso a que vêm sendo submetidas as políticas sociais. Nesse sentido, vale ressaltar as relações populistas, engendradas no Brasil após a Revolução de 1930. Essas relações dão novas feições ao Estado brasileiro, apesar de não representarem trans-

formações estruturais, mas apenas retoques de fachada, como o salário mínimo, a criação de institutos de aposentadorias e pensões etc. Tais artifícios favorecem a renovação da estrutura de poder, possibilitando o advento do capital industrial, a partir da etapa de substituição de importações.

"... A revolução de 30 assinala a transição para uma época na qual se dinamizam processos econômicos, políticos, culturais, demográficos e outros tais como os seguintes: industrialização, sindicalismo estatal, intervencionismo governamental crescente na economia, fortalecimento do aparato estatal, principalmente do executivo..."²

No âmbito global da política se saúde tem-se a institucionalização da medicina científica nas cidades, em detrimento das práticas da medicina popular (*folk*) na zona rural e no perímetro da zona urbana.

A configuração da sociedade brasileira, após a derrocada da hegemonia agrária exportadora, assume uma configuração urbana margeada pela ausência de reais canais de participação para uma massa pulverizada cujo canal de engajamento político é o estabelecimento de relações carismáticas. Isso garante o delineamento do Estado em sua versão populista, até o golpe militar de 1964.

É no âmbito das barganhas do populismo que se desencaixam lutas em prol de programas sociais, dentre eles, a uniformização dos procedimentos na área de saúde.

Para traçarmos o perfil de saúde e a sua relação com a situação nutricional da sociedade brasileira, torna-se necessário remeter à discussão do processo de evolução dos movimentos sociais que vêm sendo deflagrados na sociedade brasileira. Nesses momentos são colocadas em questão as instituições de um modo geral, inclusive as instituições médicas, que aqui são entendidas como a denominação genérica de todos os organismos que cuidam da assistência à saúde de forma direta ou indireta.

Isso posto, iniciamos por identificar uma preocupação explícita do Estado brasileiro em priorizar essas instituições, a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento, implantado em 1974.

Conforme discute Luz³, essas instituições médicas, ao mesmo tempo em que reproduzem a estrutura do poder capitalista no plano da saúde, reproduzem também as suas fissuras, suas contradições, seu precário equilíbrio.

A crise de saúde da população e a crise do discurso institucional da saúde exacerbaram-se com a eclosão dos movimentos sociais a partir do final da década de 1970, dentro e fora das instituições, incluindo nessa teia, inclusive os movimentos dos profissionais de saúde, que paulatinamente têm se proletarizado tanto na sua dimensão técnica quanto na sua dimensão ideológica.

No período compreendido entre 1960 e 1964, constata-se uma ausência de planos de saúde, com uma situação que de fato se mascarava com a presença simbólica de um planejamento. Esse quadro sofreu uma modificação no período pós-64, trazendo o discurso sanitário-desenvolvimentista, em substituição ao discurso camponês-securitarista.⁴

Com a expansão da economia no período pós-68, denominado milagre brasileiro, as instituições médicas tiveram uma conseqüente expansão, ampliando-se o acesso aos serviços de saúde, sem contu-

do ampliar os recursos.

A medicina moderna e sofisticada que teve a sua coroação nesse período de crescimento trouxe atrás de si a indústria farmacêutica de primeira linha. Essa aparência na quantidade de recursos não mostrou reais ganhos na qualidade de vida da população, refletida pelo estado de saúde.

Se trouxermos para esse contexto a avaliação do estado de saúde do indivíduo como fruto da qualidade de vida – em que o salário, o saneamento básico, a habitação, a educação, a alimentação, o transporte e o lazer funcionam como indicadores – perceberemos que um percentual altíssimo da população brasileira não tem condições de obter e manter a saúde, conforme relatório do IBGE.

Dentre esses indicadores, a alimentação merece especial atenção, uma vez que as condições socioeconômicas afetam, em primeira instância, a aquisição de gêneros alimentícios. Outras necessidades imperativas, como o pagamento da moradia, do vestuário e do transporte, levam o indivíduo a aplicar cortes na alimentação, inviabilizando a ingestão de alimentos que constituem necessidades mínimas diárias.

A privação quantitativa e qualitativa de alimentos leva à desnutrição protéico-calórica (DPC), aqui entendida como a manifestação biológica da fome, em que o déficit de calorias totais necessárias, associado à insuficiente disponibilidade de proteínas da dieta, leva o indivíduo a uma série de lesões bioquímicas e anatômicas capazes de comprometer a vida e o desempenho intelectual e muscular.

Os prejuízos sociais evidenciam-se nas formas agudas de expressão da desnutrição, mas o pior deles é a morte lenta, que subtrai a vida e a dignidade dos indivíduos.

Diante da fome que se alastrou, temos, concretamente, vários achados de comprometimentos nutricionais que afetam a população, destacando-se como os cinco principais problemas de saúde pública do país a anemia, o bócio, a hipovitaminose A., a cárie dental e a DPC. Considerando que as lesões desencadeadas trazem conseqüências sociais importantes, torna-se preocupante deduzir que atingimos um ponto de ele-

Todos os governos apresentaram planos para combater a fome e a desnutrição. Apesar disso a presença de ambas persiste na sociedade brasileira.

vado prejuízo da saúde em numeroso contingente de pessoas.

Retomando os indicadores citados anteriormente para representar o padrão de vida – salário, saneamento básico/habitação, educação, alimentação, transporte e lazer – podemos avaliar qual a contribuição que cada um desses vem dando para o perfil do estado de saúde da população.

O baixo salário é o fator causal de maior importância na gênese da DPC, significando uma relação direta e indiscutível. A desnutrição, que é um grande problema de saúde pública no país, é entendida, por alguns, como fruto da ignorância. É importante esclarecer que o desconhecimento não produz a extrema condição de fome. É sabido que a ignorância não representa um fator causal importante. Na verdade, o trabalhador ganha pouco; conseqüentemente passa fome, pois tem como única fonte de renda o seu salário, que é sempre nivelado por baixo, levando-o a ter poucas opções no atendimento às suas necessidades básicas.

Não existe uma solução para a fome e, sim, um conjunto de políticas que viabilizem o crescimento e o desenvolvimento sustentável.

A questão da alimentação deficitária nos remete à relação de DPC – pobreza, que se constitui de vários fatores de alta complexidade. Com segurança, reafirmamos que as condições socioeconômicas afetam a alimentação, em primeira instância.

A crescente retração na atividade econômica, intensificada no país desde o segundo semestre de 1990,⁵ trouxe uma

exacerbação no quadro de deficiência alimentar e nutricional para a população brasileira, revelando uma situação de fome nunca antes experimentada.

Segundo o IBGE, houve redução na produção dos bens de consumo e, conseqüentemente, queda da demanda desses pelas famílias brasileiras.⁶ Esse fato está relacionado às perdas salariais que se acumulam como conseqüência da retratação do binômio nível de emprego/salário médio real.

Observamos que o país, ao longo dos últimos anos, sofreu uma grande mudança na política da saúde, a partir da nova posição sanitário-desenvolvimentista na área, do conseqüente estabelecimento de planos de saúde, do aumento numérico da estrutura de saúde nos níveis federal, estadual e municipal, porém se constata, contraditoriamente, uma regressão das condições de saú-

de da população. Novamente remetemos a questão à perda crescente e acumulada do poder aquisitivo, revelada de forma concreta pelos estudos já citados sobre o poder de compra do salário mínimo, que, por ocasião de sua criação, permitia, com 100% do seu valor, a aquisição da cesta básica.

O Decreto 2.162, de 1º de maio de 1940, instituído pela constituição de 1934, trazia, em seu artigo 1º, a afirmação de que essa remuneração mínima deveria ser capaz de cobrir as necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.⁷

Na realidade, durante a maior parte do período 1975-1989, houve um declínio da disponibilidade interna *per capita* de alimentos básicos para a população. Mesmo as recentes e muito comentadas supersafras não afetaram, necessariamente, a disponibilidade interna de

alimentos para as camadas mais necessitadas. Isso porque o acesso efetivo aos produtos alimentícios é determinado pela renda do consumidor e não pelo nível global de produção.⁸

É interessante notar que a publicação dos livros *Geografia da Fome*, de Josué de Castro, na década de 1940, e, em seguida, na década de 1950, *Geopolítica da Fome*, traduzido em 24 idiomas, iniciou o reconhecimento da fome como fenômeno social. A fome e a desnutrição, cuja denúncia ganhou caráter internacional, foram consideradas, nas obras do autor, como conseqüências da organização capitalista das sociedades.⁹

Hoje, quatro décadas após a constatação da fome como fenômeno social, temos um crescimento galopante da ausência de alimentos na mesa do brasileiro.

O que leva uma sociedade a conviver com a Fome?

A fome é um indicador de pobreza e de subdesenvolvimento e guarda relação com o modelo social e econômico do país. O fruto da fome é a desnutrição, um problema de saúde pública no Brasil, significando a manifestação biológica da fome.

Localizando, datando e contextualizando a preocupação governamental em inserir a alimentação no conjunto da política social do país, percebemos quando, como e por que foram tomadas algumas decisões nessa área.

Em 1940, a criação do Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPA) vem de encontro a um momento em que o trabalho assalariado recebia a normatização de alguns direitos – a legislação trabalhista do governo Vargas. Instalam-se os restaurantes de caráter popular, no antigo Distrito Federal, atual cidade do Rio de Janeiro, e na cidade de São Paulo. Somam-se, nesse período, o advento do salário mínimo e as medidas que contemplam a alimentação do trabalhador como metas de governo.

Durante várias décadas foram cria-

dos diversos órgãos responsáveis pela implementação das ações governamentais na área social, especificamente, em alimentação e nutrição. A produção científica veio contribuir com subsídios para o avanço da indústria alimentícia e para a divulgação e o desenvolvimento da ciência da nutrição no país.

Do período populista e autoritário de Vargas até o presente momento, muito se fez com relação a programas de alimentação. Todos os governos mostraram, em seus planos, a preocupação com a situação alimentar e nutricional da sociedade brasileira. A par de tantos projetos e programas desenvolvidos, com uma lógica marcadamente assistencialista, continuamos a conviver com a fome e a desnutrição, que fazem parte da vida de um número cada vez maior de pessoas. Chegamos a afirmar que o crescimento do número de programas é inversamente proporcional à melhoria da situação nutricional da sociedade brasileira.

A política de abastecimento, a de controle de qualidade e a de financiamento – associadas à existência de sa-

lários, reconhecidamente inadequados para atender às necessidades de subsistência do indivíduo e da família – originam e justificam a existência da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN).

A PNAN efetiva-se no tripé agro-exportação, distribuição de alimentos e campanhas emergenciais. A título de ilustração, verificamos que, no ano de 1986, o país gastou 0,27% do Produto Interno Bruto (PIB), conforme dados do IBGE,¹⁰ com a PNAN, que se caracteriza fundamentalmente pela distribuição de alimentos por meio de programas, tendo em vista suplementar ou complementar a dieta. Parte-se, portanto, do pressuposto de que a população carente já possuiria o básico, no que concerne a alimentos, fato este que não se verifica.

Cabe, aqui, uma análise da PNAN e, nesse sentido, é que, após levantarmos alguns problemas conjunturais, re-dimensionamos a compreensão de que as falhas dessa política se situam também no âmbito estrutural. Discutimos também alguns pontos que sugerem a

vulnerabilidade dessas políticas.

Percebemos que mesmo que atingíssemos uma PNAN considerada ideal para este país, não alcançaríamos uma sociedade liberta da DPC. Esse entendimento parte do princípio de que para superarmos o grave quadro que vivemos em nossa sociedade, é necessário ter uma política econômica compatível. Na atual situação, a PNAN vem simplesmente tentando cobrir falhas da política econômica e, portanto, desviando-se do seu eixo central, sem atingir os seus objetivos.

Outra característica da PNAN é a distribuição de alimentos, o que cria

um vínculo de dependência em nível de consciência popular, deixando, como consequência, o amortecimento da discussão das causas da fome. Essa prática ainda traz em contrapartida, no seu contexto, o advento da corrupção, com a distribuição de alimentos controlada politicamente com objetivos e fins específicos de manipulação da clientela.

Outro equívoco que se vem perpetuando na PNAN é o de considerar os diversos programas executados como meio de suplementação de alimentos que a criança, ou a família, presumidamente já possuem. Constatou-se que, muitas vezes, os alimentos recebidos por

meio do programa tornam-se os únicos disponíveis, como consequência da inadequação dos salários.

Identificamos ainda a falta de supervisão e avaliação dos programas desenvolvidos pelos vários órgãos, aliada à alocação insuficiente de recursos financeiros, impedindo a sua execução dentro do espaço de tempo anteriormente previsto. Hoje, essa avaliação começa a ser ensaiada a partir da implantação, em algumas cidades do país, do Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (Sisvan).

Trazendo a discussão para os dias atuais

Programa Fome Zero

Deve-se destacar o esforço dos formuladores do programa Fome Zero quando inserem no contexto da resolução do problema a discussão da contribuição da renda adicional ao desenvolvimento local, principalmente nas zonas rurais: uso dos recursos com alimentos da própria região.

Nessa perspectiva, a parceria do poder público com a rede de comércio local, como, por exemplo, as feiras livres, o incentivo às compras institucionais e o incentivo ao varejo entram como componentes visivelmente importantes para a mudança de cultura.

A visão necessária que se coloca, de integração das várias políticas sociais, leva a ressaltar alguns pontos que, no senso comum, aparecem como contraditórios. Nesse sentido, discute-se o incentivo à exportação e a ênfase ao mercado interno.

Hoje, o mercado interno não reúne condições para manutenção de preços adequados em função da insuficiência de renda – há um contingente importante da população que não se coloca na condição de consumidor.

Quanto ao mercado externo, convivemos com o protecionismo que inviabiliza a franca ampliação do espaço dos produtos brasileiros.

O grande desafio que se apresenta hoje é a reinserção de milhões de consu-

midores, o que pode representar uma saída para a manutenção de preços e a garantia de rentabilidade para o produtor.

Não existe uma solução para a fome e, sim, um conjunto de políticas que viabilizem o crescimento e o desenvolvimento sustentável.

Nessa direção, sinaliza-se o aumento da produtividade rural. Busca-se facilitar o relacionamento do mercado nacional com o internacional. Acionam-se mecanismos de aumento da população economicamente ativa. Fortalecem-se os programas de atenção a grupos específicos – índios, mulheres, crianças, idosos... Investe-se no aumento da capacidade dos consumidores em viabilizar segurança alimentar. Aglutinam-se diferentes esforços econômicos e sociais – nacionais, locais e internacionais.

É importante afinal que a população, no seu conjunto, conheça os dados da realidade nacional. Por exemplo, a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil prevê o aumento da importação de leite, arroz e feijão para atender ao programa em função da demanda reprimida da produção interna. Esse é um sinalizador da necessidade de investimento na política agrária e de investimentos no mercado externo.

Finalmente, o programa Fome Zero deve impulsionar o acesso ao alimento e promover a agricultura familiar, tendo

como meta a melhoria do perfil nutricional da população.

**Nutricionista e mestre em Educação pela UFG.*

NOTAS

- 1 - CASTRO, Josué de. *Geografia da Fome*.
- 2 - IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*.
- 3 - LUZ, M. T. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*.
- 4 - LUZ, M. T., op. cit.
- 5 - BRASIL, IBGE: *Anuário Estatístico do Brasil*.
- 6 - Idem.
- 7 - L'ABBATE, S. *Fome e desnutrição: os descaminhos da política social*.
- 8 - BRASIL. INAN/ IBGE/ IPEA. *Pesquisa nacional sobre saúde e nutrição; resultados preliminares*.
- 9 - Josué de Castro, médico e sociólogo brasileiro, denunciou em suas obras as consequências da exploração colonial e neocolonial da nossa sociedade como determinante da fome como mazela social.
- 10 - BRASIL, IBGE, op. cit.

REFERÊNCIAS

- CASTRO, Josué de. *Geografia da fome*. Rio de Janeiro: Antares, 1980. 361 p.
- IANNI, Otávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975. 285 p.
- LUZ, Madel T. *As instituições médicas no Brasil: instituição e estratégia de hegemonia*. Rio de Janeiro: Graal, 1986. 265 p.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *Anuário estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, 1991.
- L'ABBATE, Solange. *Fome e desnutrição: os descaminhos da política social*. 1982. 204 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- INSTITUTO CIDADANIA (2001). *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil (versão 3)*.

Doação, responsabilidade e atitude

Os números da fome no Brasil indicam que é preciso tomar providências imediatas

Professora da Faculdade de Nutrição da Universidade Federal de Goiás (Fanut/UFG), Maria Raquel Hidalgo Campos está à frente de projetos que mobilizam alunos, sobretudo do curso de Nutrição, a buscar soluções para a fome em Goiânia e, por conseguinte, no Brasil. Suas pesquisas estão centradas no processo de doação de alimentos, uma forma de evitar o desperdício tão comum em nosso país.

"Fiz mestrado na área de Medicina Tropical, concentração em Microbiologia de Alimentos. No doutorado, vou trabalhar com essa questão da qualidade higiênico-sanitária dos alimentos que podem ser usados para doação", diz a professora.

Um de seus principais objetivos diante de tais projetos – além de proporcionar uma alimentação de qualidade a quem não tem condições para tanto – é conseguir que sejam regulamentadas as doações. Raquel coordena grupos que trabalham a fim de tornar a doação (um ato nobre) um ato saudável e seguro. A seguir, a entrevista na íntegra.

Extensão e Cultura - O que a Faculdade de Nutrição tem feito para tentar amenizar o problema da fome?

Profa. Raquel – Nós já estamos fazendo uma avaliação nutricional da população há algum tempo. Temos, inclusive, um programa, que começou em 1991, sobre o trabalhador da construção civil.

Quando nós trabalhamos a questão da fome, não pensamos apenas na ausência do alimento, porque não é só a falta do alimento que implica uma situação de fome. Nós questionamos

se o alimento utilizado pelo indivíduo está seguro do ponto de vista higiênico-sanitário. Portanto, nossa preocupação é também com o acesso ao alimento em condições de ser utilizado, seja em condições higiênico-sanitárias, ou nutricionais.

Nossa linha de pesquisa atualmente é sobre a possibilidade de doar alimentos, ou seja, se os alimentos disponíveis para um processo de doação são seguros do ponto de vista higiênico-sanitário. Elaboramos esse projeto há dois anos

e, hoje, é um projeto que está dentro da política do governo, considerando que já foi criado até o Ministério da Fome. A gente antecipou essa preocupação.

Tomamos essa iniciativa porque o Brasil é considerado um dos países de maior índice de exclusão social da América Latina, quer dizer, 10% da população mais rica detém 47% dos bens da sociedade, e 10% da população mais pobre detém apenas 0,8% dos bens. Essa discrepância em relação à renda e à qualidade de vida é muito grande. Numa situação emergencial, a gente tem, sim, de apelar para o alimento doado. Os restaurantes e as grandes lojas que trabalham com refeições rápidas têm uma dinâmica de produção em que existe uma certa perda diária. Os restaurantes institucionais conseguem prever a quantidade de pessoas que irão frequentá-los a cada dia, enquanto os restaurantes comerciais dependem da demanda. Se chover, por exemplo, a produção vai ficar estagnada.

Segundo os dados que obtivemos, cerca de 10 milhões de refeições são jogadas no lixo por dia. No relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUT), consta que 15,8% da população brasileira, ou seja, 26 milhões de pessoas, não têm acesso às condições mínimas de saúde, educação e serviços básicos. Conseqüentemente, elas também não têm acesso à alimentação. O relatório publicado em 4 de setembro de 2001, pelo International Food Policy Research Institute, sediado em Washington, que é responsável por essas pesquisas e políticas de combate à fome no mundo, diz que, em todo o mundo, mais de 800 milhões de pessoas, das quais 170 milhões são crianças, passam fome. Isso representa um quinto da população dos países em desenvolvimento. Todos os dias, no mundo inteiro, 24 mil pessoas morrem de fome, sendo que, dessas, 75% são crianças menores de 5 anos. Não há perspectiva de vida nesses casos.

Esses dados são alarmantes. O mapa da fome, por exemplo, que foi realizado no Brasil, em 1993, pelo Instituto de Pesquisas Econômico-Aplicadas (Ipea), revelou que uma em cada quatro crianças é pobre e vive sob o risco da fome. Só na área metropolitana de São Paulo, 330 mil crianças e adolescentes estão nessa situação; 32 milhões de brasileiros estão abaixo da linha de pobreza e vivem sob o espectro da fome. São dados do IPEA de 2000.

Com isso, o desperdício de alimentos se torna um escândalo e um paradoxo. Temos no país uma quantidade enorme de pessoas que vivem sob o risco da fome – são 32 milhões de adultos nessa situação – ao lado desse grande desperdício de alimentos, que vai desde a colheita, o transporte e a exposição desses produtos para comercialização em gôndolas de supermercados e em feiras livres, até o consumo doméstico. Existem hoje alguns estudos que dizem que cerca de 60% dos alimentos que são adquiridos para consumo doméstico vão para o lixo ou são destinados à doação. Analisando friamente, é isso que acontece. Quantas coisas a gente não deixa perder dentro da geladeira? Quantos alimentos a gente não deixa passar da data de validade? Há um paradoxo muito grande entre o desperdício e a quantidade de pessoas que passam fome no Brasil.

Foto: Divulgação



Entrevista: *Maria Raquel Hidalgo Campos*

Temos alguns dados do Serviço Social do Comércio que estimam que, só nas colheitas de soja no Brasil, entre 1998 e 1999, houve uma perda de 1,3 milhões de toneladas. Isso representa um prejuízo de 369 milhões de reais. O desperdício na Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento de São Paulo equivale a uma perda de 1,4% do PIB do Brasil, que deixa de ser aproveitado em toda a cadeia do alimento. É um prejuízo que ultrapassa 12 bilhões de reais. A Associação Paulista de Supermercados quantificou as perdas nacionais na área de frutas e verduras em torno de 23%. Essas perdas seriam suficientes para alimentar 35 milhões de pessoas durante um ano inteiro.

O Brasil é considerado, numa publicação de Clinger, de 2001, um dos dez países que mais desperdiçam alimentos no mundo. Esse título é recebido devido ao hábito característico do brasileiro de produzir e adquirir alimento de forma exagerada. O costume dita que, se todo mundo comeu e não sobrou nada, então a comida não foi suficiente. Mas a verdade não é essa. Um planejamento alimentar não passa por aí, ou seja, todo mundo come a quantidade que tem de ser comida e não precisa sobrar nada.

Só nos bares, restaurantes e lanchonetes, de 15 a 50% do que é preparado para os clientes vai para o lixo. Isso daria para alimentar diariamente mais de 10 milhões de pessoas. Esses são dados que nos deixam muito preocupados, porque, na verdade, acredita-se que 60% dos alimentos para consumo doméstico são jogados fora. São dados do Serviço de Limpeza Urbana do Estado de São Paulo, obtidos por meio de um levantamento do que vai para o lixo. Em termos de alimento, 60%.

Esses dados são preocupantes, porque, enquanto milhões de pessoas passam fome, outros milhões jogam comida fora. A doação de alimentos é algo muito sério. Nós não temos uma legislação que prevê uma regulamentação de como esses alimentos devem ser doados. Temos, sim, uma legislação para doar alimentos para animais, mas não para humanos. O processo de doação às pessoas geralmente não acontece, porque cabe ao empresário, dono do estabelecimento, garantir a qualidade do alimento. E, se esse alimento causar problemas à pessoa que o consumiu, a repercussão negativa para o estabelecimento será grave.

Muitas vezes, as instituições de caridade e as organizações não-governamentais (ONGs) em geral trabalham de uma forma muito amadora. Elas contam com pessoas que trabalham na base do voluntariado, pessoas que têm muita boa vontade, muita disposição para ajudar os outros, mas, na maioria das vezes, não têm capacitação técnica. Essas pessoas aceitam os alimentos sem saber que eles podem apresentar algum problema. Um alimento impróprio para o consumo pode agravar ainda mais o quadro de saúde da população que o recebe – uma população que já está comprometida em relação às condições de saúde –, principalmente no caso de crianças e idosos.

A doação precisa ser estudada e investigada, incluindo aspectos como armazenamento, distribuição, recebimento e utilização. A nossa proposta, portanto, é estudar esse processo e elaborar um manual de boas práticas de todas as etapas para que tanto quem doa, quanto quem recebe tenham responsabilidade e consciência.

Nós não temos nenhum trabalho – pelo menos eu desconheço, na revisão bibliográfica que fiz – nessa área. Esta-

mos com essa proposta para tese de doutorado e nossa idéia é trabalhar com refeições produzidas em supermercados e fast-foods na cidade de Goiânia. São refeições rápidas (um sanduíche, uma pizza), no caso do fast-food, e cardápios completos servidos em supermercados.

Extensão e Cultura - Quais os resultados das primeiras propostas feitas aos fast-Foods?

Profa. Raquel - Nossa proposta a uma empresa internacional de fast-food foi aceita. Esse trabalho piloto foi feito no final de 1999 para dar origem a esse projeto. Os resultados saíram em 2000. Um integrante de um grupo de jovens e empresários que trabalham numa ONG de apoio ao menor pertencia a essa rede de fast-food. Ele verificava que, pelo esquema de produção da loja, o sanduíche que não era vendido em quinze minutos após a preparação ia para o lixo. Isso é norma da rede mundial, porque entende-se, no programa de qualidade da empresa, que o alimento não vendido em quinze minutos não é mais válido para o consumo.

Naquela época, as quatro lojas dessa empresa em Goiânia produziam cerca de 9 mil sanduíches que eram desperdiçados durante o mês. Isso representava apenas 1,2% da produção, ou seja, a perda, para eles, é mínima, já que a produção é muito grande. Mas para nós, é muito.

A sugestão inicial foi que a Vigilância Sanitária liberasse esse produto que seria desperdiçado para que ele pudesse ser distribuído, descaracterizado de sua marca. A Vigilância pediu para esses jovens me procurarem para que eu fizesse o monitoramento do sanduíche, desde o momento do descarte da estufa, até o consumo em determinada instituição. Então, nós monitoramos tudo. Fomos para as três lojas, verificamos o tempo, a temperatura, o pH do alimento em todas as etapas – desde a hora em que ele saía da estufa, até o momento de ir para a câmara de congelamento –, o tempo de congelamento, que não poderia passar de duas horas, o tempo de transporte, o descongelamento, o aquecimento e a utilização. Fizemos todas essas etapas a fim de verificar se, no final, o alimento estaria seguro do ponto de vista microbiológico. E estava. Todas as contagens deram abaixo de 100 unidades formadoras de colônias por 25 gramas. É um alimento produzido com todo o controle e, logicamente, não daria nenhum problema.

Mais tarde foi feito um parecer técnico, que passou por uma assessoria jurídica e foi para a matriz, nos Estados Unidos. Em outubro do ano passado, quando fizemos nossa última visita às lojas, tivemos notícias de que as doações já estão sendo feitas, como uma experiência piloto. Não há divulgação.

Extensão e Cultura - Existem outros trabalhos como esse no Brasil?

Profa. Raquel - Existem no Brasil alguns serviços. O Programa Mesa São Paulo é muito interessante. Ele é realizado no Estado de São Paulo, por meio de um convênio com empresas, buscando excedentes de produção e sobras em perfeitas condições de consumo. O Programa se responsabiliza pela

Há um paradoxo muito grande entre o desperdício e a quantidade de pessoas que passam fome no Brasil.

Um aspecto muito importante e que devemos verificar no processo de doação do alimento é justamente o controle microbiológico.

segurança e qualidade dos alimentos, desde o momento em que são retirados das empresas doadoras, até o destino final. Existe toda uma equipe de técnicos, como microbiologistas, nutricionistas, assistentes sociais. Eles, inclusive, cadastram as empresas receptoras para que o trabalho aconteça. A diferença

é que eles monitoram alimentos *in natura*, enquanto nós o fazemos com alimentos prontos para o consumo.

Existe também o Banco de Alimentos, uma ONG de São Paulo que retira mensalmente 30 toneladas de alimentos *in natura* e distribui em instituições beneficentes, favorecendo mais ou menos 14 mil pessoas. O Banco de Alimentos de Santo André é um projeto da Prefeitura que beneficia 4.600 pessoas. O Programa Prato Amigo, da Prefeitura de Salvador, coleta diariamente 5 toneladas de alimentos para doação. O Banco Rio de Alimentos, no Rio de Janeiro, que arrecada e armazena alimentos doados, já alcançou 118 toneladas de alimentos por mês.

Um aspecto muito importante e que devemos verificar no processo de doação do alimento é justamente o controle microbiológico. Pode acontecer de a gente doar um produto completamente contaminado, mesmo que, aparentemente, ele esteja bom. Esse produto pode ser ingerido por uma população que já está imunodeprimida, acarretando uma tóxico-infecção que pode até levar à morte.

Extensão e Cultura - Isso não desmotiva as empresas a fazer doações de seus produtos?

Profa. Raquel - Desmotiva. Por isso quase ninguém doa alimentos. De quem vai ser essa responsabilidade no processo de doação? De quem recebe ou de quem doa? Quem doa não quer ter essa responsabilidade, porque quem recebe pode não utilizar esse alimento adequadamente. O processo de doação precisa ser regulamentado. A nossa idéia é fazer o monitoramento e subsidiar os órgãos oficiais na legislação com relação a esse processo.

Nosso papel é avaliar as condições higiênico-sanitárias de sobras de alimentos prontos para o consumo, produzidos em unidades de alimentação e nutrição na cidade de Goiânia e destinados à doação para instituições que promovem atividades filantrópicas a pessoas carentes. É um trabalho extenso. Daí a nossa intenção de fazê-lo dentro de um curso de doutorado. É um trabalho em que a gente pretende envolver alunos que vão elaborar monografia de quinto ano, por exemplo, e agregar outros componentes não só da Fanut, mas de outros locais, como a Vigilância Sanitária e o Instituto de Patologia Tropical (IPTSP).

Com isso, a gente promoveria uma integração entre a Universidade, a Fanut, o IPTSP, os alunos, a comunidade carente, representada pelas instituições de caridade, as ONGs, que são as parcelas organizadas da sociedade civil, as empresas doadoras e os órgãos oficiais de vigilância sanitária.

Extensão e Cultura - O trabalho de vocês será apenas com empresas de fast-food?

Profa. Raquel - Não. A empresa de fast-food foi um projeto piloto. Vamos trabalhar com supermercados também. Nossa pesquisa será desenvolvida em unidades de alimentação e nutrição de modalidade funcional tipo comercial, sendo essas empresas do ramo de alimentos rápidos e do ramo de supermercados da cidade de Goiânia. Esse plano de amostragem ainda será definido, mas nós vamos fazer um levantamento na junta comercial de quantas empresas pertencentes a esses ramos estão registradas e lançar num programa de estatística.

Extensão e Cultura - E quanto ao Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT)?

Profa. Raquel - O PAT é um programa ligado ao Ministério do Trabalho e de incentivo ao fornecimento de refeições pelas empresas aos seus funcionários. A gente tem um outro projeto - Avaliação nutricional e microbiológica de refeições produzidas por empresas de alimentação credenciadas ao Programa de Alimentação do Trabalhador - que participou do Programa de Financiamento a Projetos de Pesquisa, da Fundação de Apoio à Pesquisa (Funape). Há dois anos, nós estamos estudando o perfil das unidades de alimentação e nutrição credenciadas ao PAT na grande Goiânia. Nesse projeto, nós fizemos a avaliação das condições físico-estruturais e de saúde de quem trabalha nas Unidades de Alimentação e Nutrição (UANs) e fizemos também uma avaliação microbiológica da refeição produzida por essas empresas.

Para isso, contamos com a participação de alunos de Nutrição, bolsistas do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic), professores do Departamento de Microbiologia do IPTSP e nutricionistas das UANs. Foi um trabalho muito rico, e ele gerou vários outros trabalhos que foram divulgados em eventos científicos. Tivemos, inclusive, uma premiação na Mostra de Trabalhos Científicos da UFG.

O projeto está praticamente finalizado. Os resultados obtidos serão encaminhados para a Delegacia Regional do Trabalho e para a coordenação do PAT, e nós vamos nos colocar à disposição desses órgãos para intervir, quando for necessário, a fim de melhorar as condições de alimentação do trabalhador de Goiânia nessas empresas.

Estamos pretendendo encaminhar esse projeto a algumas instituições de financiamento à pesquisa, porque ele demanda uma reestruturação do nosso laboratório. Vai envolver um número muito grande de amostras e material, muito equipamento e muitas pessoas (bolsistas, alunos de Nutrição e de outros cursos). Sem financiamento será impossível realizá-lo. Nossa idéia é angariar o máximo possível de adeptos para que a gente possa executar o projeto conforme ele foi idealizado, de acordo com a nossa perspectiva de colaborar no processo de construção da cidadania. Acredito que um projeto que busca melhorias para a população, como é o caso desse, é uma forma de contribuir com o novo governo, que a gente apoiou e espera que dê certo.

Governo Lula: ... E as iniciativas sociais plurais da ação da cidadania contra a fome?

O *s famintos jamais fizeram uma Revolução. Eles simplesmente morrem de fome!* (Madre Tereza de Calcutá).

No Brasil, em 1992, a população participa ativamente do Movimento pela Ética na Política (MEP) e do *impeachment* do presidente Fernando Collor, que fora eleito diretamente pelo voto da maioria da população brasileira. Assim, é no contexto da desintegração da União das Repúblicas Socialistas (URSS), da unificação das duas Alemanhas e, principalmente, da formação do Bloco Ético Plural Pró-*Impeachment* do corrupto presidente brasileiro que ocorre a fundação da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, que também fica bastante conhecida como Campanha da Fome ou Campanha do Betinho.

No fundo, o Bloco Ético Plural que participa do *impeachment* do Collor é integrado por líderes e militantes de diversos outros movimentos anteriores. O próprio Herbert de Souza (o irmão do Henfil) era um símbolo do Movimento por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, estabelecido no final da década de 1970. Vale também destacar a forte presença dos bispos Dom Mauro Morelli e Dom Luciano Mendes, que durante toda a década de 1980 lutam por uma Igreja Católica mais progressista e próxima da população excluída das esferas de produção (os desempregados, os indigentes, os sem-teto etc.). Assim, o que unifica os mais diversificados segmentos sociais (Ibase, CNBB, Inesc, OAB, CUT, Banco do Brasil, CEF, Andifes, Embrapa, es-

RESUMO

Este artigo disserta sobre as iniciativas sociais plurais da Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, as quais foram empreendidas durante os últimos 10 anos por múltiplos atores sociais brasileiros, objetivando diminuir o estado de fome de 32 milhões de pessoas no Brasil. Ao final, são levantadas algumas idéias que podem ser revisitadas tendo em vista o desejo de que o Plano Fome Zero anunciado pelo governo Lula tenha sucesso de fato.

PALAVRAS-CHAVE: fome, cidadania, governo, ação, política, solidariedade.

tudantes, professores, partidos políticos, donas de casa etc.) que agora atuam sob a égide da Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida é a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a miséria da sociedade brasileira.

A exclusão da população é evidenciada – é colocada às claras! – pela publicação do Mapa da Fome, do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea). A partir dos levantamentos oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) é produzido um Mapa da Fome, em que a miséria é expressada espacialmente, é admitida publicamente, por órgãos (IBGE e Ipea) ligados intimamente à Secretaria de Planejamento do Poder Executivo Federal.

Desta forma, se existe um inimigo a ser combatido pela Ação da Cidadania, o que vai ser enfrentado é a fome de quase 32 milhões de pessoas indigentes num dos territórios mais ricos do planeta Terra. Nesse sentido, estabelecendo respeito ao pluralismo e à diversidade, a Campanha da Fome nasce com um "conteúdo humanitário e suprapartidário, e sem intenção corporativa ou religiosa". Sendo assim, orientando o planejamento inicial da Ação da Cidadania, Souza (1992, p. 5) faz questão de ressaltar que "na democracia, os direitos e as possibilidades são iguais, mas cada pessoa pode realizar seus direitos e aspirações de forma diferente. A diversidade complementa a igualdade, não se opõe a ela e nem a exclui". Assim, pautadas na diferença e na pluralidade, como princípios orientadores da Ação da Cidadania, destacam-se a parceria, a solidariedade e a descentralização, entendidas como valores de alcance social.

Se a miséria está presente tanto no mundo capitalista como no mundo da economia planificada, tanto no primeiro mundo como no terceiro mundo, a solução para essa problemática que atinge um bilhão de seres humanos é bastante complexa, exigindo, portanto, parceiros e atores coletivos diversos unidos pelo espírito de solidariedade, de amor ao próximo. E, para a Ação da Cidadania, solidariedade nunca foi e nunca será assistencialismo; ela é um gesto ético de quem quer acabar com a miséria e não perpetuá-la (Franco, 1996). Nesse sentido, Souza (1993, p. 1-15) acrescenta a "importância de ligar a filantropia com a mudança, de colocar junto quem quer fazer mudança estrutural com quem quer praticar a solidariedade".

Uma coisa é planejar, outra coisa é fazer de acordo com o que foi pensado. Assim, não obstante o Segundo Passo da Cartilha para Formação de Comitês sugerir, como ideal, o caminhar das ações emergenciais dando origem às ações estruturais, percebe-se que a maioria dos cinco mil (5.000!) comitês disseminados por todo o território brasileiro consegue maior êxito com as ações de arrecadação e distribuição de alimentos.

Esse sucesso inicial da campanha, com ações prioritariamente de arrecadação, não se dá sem duras críticas de setores ligados à denominada esquerda. O Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) – a ex-convergência socialista – acusa que "a campanha é demagógica por ter sido encampada pelo Governo e pelos empresários, justamente os dois maiores responsáveis pela grave situação social do país". Porém, se há críticas, também se fazem presentes outras posições, como a do presidente do Conselho de Administração da Fundação Abrinq, colocando que "é inegável que esse processo acaba agindo sobre a própria cabeça do empresariado, porque, como elite, estamos encurralados no nosso país, pois fomos concentrando tanto a renda que acabamos cercados de miséria" (Harizin & Pedral, 1993).

Passadas as primeiras críticas e embates, a "etapa da comida para quem tem fome" constitui-se no período de maior visibilidade da campanha. No âmbito das iniciativas dos primeiros quinze meses da Campanha da Fome são empreendidas as mais diversas e criativas ações de arrecadação de alimentos, que variam desde a elaboração de sopões de vegetais ganhos em feiras livres até a doação de tíquetes-alimentação, a construção de padarias comunitárias, bem como a promoção de jogos de futebol, de espetáculos teatrais, de shows musicais beneficentes com ingressos de entrada sendo constituídos prioritariamente por componentes de cestas básicas. Aliás essa idéia está presente em muitos shows, espetáculos e apresentações artísticas em vários lugares do país.

Desta maneira, as idéias "de matar a fome de quem tem fome" e de que "fome se combate com alimentos" foram bem aceitas pela pluralidade de atores da sociedade brasileira, e isso se constitui numa alteração política cultural extremamente importante. Participam da Ação da Cidadania desde setores já acostumados a lidar com a arrecadação de alimentos para pobres, como os religiosos espíritas kardecistas, até grupos exageradamente refratários, como alguns atores sociais ligados a setores de esquerda, os quais – sob inspiração socialista – têm em suas agendas de lutas apostas em mudanças mais estruturais.

Do ponto de vista espacial, são fundados comitês em todas as unidades federativas do país, com forte apoio de sindicalistas, estudantes, funcionários do Banco do Brasil, da CEF e de outras empresas estatais brasileiras, sendo que estes últimos também empreendem esforços contra a privatização das empresas públicas. A heterogeneidade de atores e a presença de outros interesses que não só a erradicação da fome são, assim, marcas da composição dos comitês contra a fome, seja em Boa Vista (RO), Fortaleza (CE), Catalão (GO), Porto Alegre (RS) ou na quase maioria dos 1.160 comitês criados em municípios do semi-árido do Nordeste brasileiro.

Se a pluralidade política é um testemunho de nosso tempo, não se pode esquecer que qualquer agenciamento político plural congrega interesses, gera conflitos e produz ambigüidades. Entretanto, apesar dos diversos interesses e dos múlti-

Solidariedade é um gesto ético de quem quer acabar com a miséria e não perpetuá-la.

plos atores, merece destacar que muitas parcerias, mais do que meras intenções pautadas sobre discursos utópicos, constituem-se em trabalhos concretos de alto alcance social, salvando vidas e permitindo a "polinização" de idéias cidadãs. É o caso, por exemplo, de diversos comitês que com o apoio da Pastoral da Criança da Igreja Católica salva vidas de milhares de crianças do sertão nordestino, as quais, na falta das mínimas condições de higiene individual e de educação sanitária, tornam-se presas fáceis da morte por infecção intestinal. Um outro excelente exemplo de parcerias que dão certo vem do Estado do Rio de Janeiro, onde alguns comitês constituídos por militantes políticos e de causas humanitárias se unem para uma "vigilância cidadã" sobre os gastos da Câmara Municipal e do Poder Executivo Municipal. Qualquer aberração, distorção ou fraude é imediatamente denunciada na Promotoria Pública Es-

tadual e nos meios de comunicação de massa.

O fato de a Ação da Cidadania não ser composta por um grupo centralizado, fechado, monolítico insere-se na ordem do pensamento da esquerda mundial pós-queda do Muro de Berlim, o qual aceita e acredita na força de movimentos pluriclassistas e difusos, capazes de oferecer possibilidades políticas referenciadas pela desconcentração e pelo estímulo das diferenças. Nesse sentido, se o grupo plural que constitui a Campanha do Betinho, por vezes, salienta diferenças que se apresentam gigantescas, em outros momentos, revela-se uma imensa capacidade de multiplicar recursos e encurtar caminhos. Assim, unidos sem apagar as diferenças, os atores sociais envolvidos na Campanha da Fome parecem não comprometer a criatividade, a espontaneidade e o entusiasmo dos trabalhos. Pelo contrário, a Ação da Cidadania começa oficialmente com um comitê plural fundado em Barra do Pirai (RJ) e atinge cinco mil comitês em menos de um ano – uma verdadeira expressão territorial da cidadania em gestação! Portanto, a vontade de fazer algo, por menor que seja, para aliviar a fome de 32 milhões de carentes contamina o Brasil de norte a sul, de leste a oeste.

No ano de 1993, surgem desde comitês simples (uma ou poucas pessoas) até comitês com mais de trinta entidades. Desta forma, é muito interessante o plano de escala do envolvimento da Campanha da Fome, que ora se mistura a vários outros movimentos, assim como, às vezes, parte de pequenas parcelas do povo simples e chega até o envolvimento pessoal do próprio presidente da República, seja Itamar Franco, com a criação do Conselho de Segurança Alimentar (Consea), ou mesmo Fernando Henrique Cardoso, com o Conselho da Comunidade Solidária. Também interessante é o fato de a Ação da Cidadania conseguir atingir o objetivo planejado de estar na mídia, de dar grande visibilidade pública para a problemática da fome e da miséria como valores concretos não desejáveis a uma sociedade democrática.

Com o passar dos meses, as estratégias políticas de caráter emergencial, que ganharam enorme visibilidade, voltam a

receber críticas de variados segmentos da sociedade, pois são diversificados os setores que desejam ver a Ação da Cidadania dar saltos maiores, e talvez, até menores. No seio dos partidos políticos, por exemplo, o PT reclama que a campanha é uma iniciativa oriunda do seu interior, enquanto, no outro extremo, alguns líderes do PFL reclamam da aproximação do presidente Itamar Franco aos líderes da Ação da Cidadania, que têm histórias anteriores de militâncias em partidos de esquerda.

De fato, parece que, em nível de análise teórica, dois grandes grupos de tendências interiores se manifestam ao longo de toda a Campanha da Fome. Para alguns, apesar de às vezes ser importante a presença de segmentos da sociedade civil organizada que objetivam apenas assistência material a parcelas empobrecidas da população, isso pode significar uma contribuição a mais no cenário do desmonte do Estado e dos direitos sociais de um capitalismo neoliberal cada vez mais forte. Contrapondo-se em parte a essa proposição, um segundo agrupamento acredita que mesmo organizações tradicionalmente direcionadas para a mera assistência material também podem se contaminar e prosseguir com teorias e ações voltadas de fato para os princípios da igualdade e da justiça social. Com relação a esse aspecto, a própria existência de espaços menores de participação – a ordem local, a ordem dos microespaços! – permite a publicização de lutas por direitos no interior das mais diversificadas organizações da sociedade civil, o que acaba por se constituir num constante fermentar da cidadania. Em outras palavras, num laboratório para a construção da verdadeira democracia.

O inesperado, a heterogeneidade de análises e de ações, é algo que se espera como normal quando se fala de um grupo de atores plurais, diferentes. Não poderia ser diferente dentro da Ação da Cidadania. A euforia com resultados atingidos, por exemplo, leva alguns líderes – sobretudo aqueles ligados a um grupo mais intelectualizado que posteriormente funda o Fórum da Ação da Cidadania Contra a Fome – a proposições que dificilmente encontram condições concretas

para a plena realização. Além do mais, a ênfase na necessidade de passar de ações de arrecadação para ações estruturais cria uma diminuição das ações dos comitês em funcionamento. Às vezes, as propostas de trabalho se tornam infundáveis diante de uma realidade de pouco trabalho concreto por parte daqueles que apontam o melhor caminho para solucionar a miséria da formação econômico-social brasileira.

No fundo, há uma tentativa de cooptação da Ação da Cidadania que se soma a um pluralismo ainda maior de planejamento, fato que responde pelo crescimento das contradições e pela diminuição concreta das ações dos comitês. É nesse contexto que ocorre a Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar (I CNSA), em que se dão as discussões para a eleição do presidente Fernando Henrique Cardoso e que origina a substituição do Consea, parceiro da Ação da Cidadania, agora preterido pelo Conselho da Comunidade Solidária.

Um dos momentos mais delicados dos relacionamentos e das reflexões dos trabalhos desenvolvidos sob a Ação da Cidadania é aquele que se vive por ocasião da criação da Comunidade Solidária. Betinho, acreditando que "o governo é uma arena de lutas [e que] a sociedade pode conduzir o governo a mudar de rumo", aceita fazer parte do Conselho presidido pela primeira dama, dona Ruth Cardoso. Porém, se isso pode ser verdade, há um ressentimento por parte de muitos quanto ao fato de o novo presidente ter extinguido o Consea sem "ao menos agradecer os bons resultados alcançados conjuntamente com a Ação da Cidadania". Além disso, havia o agravamento das alianças políticas estabelecidas por FHC com setores políticos acostumados a ganhar eleições com campanhas eleitorais que se aproveitam da miséria brasileira.

Tendo simultaneamente uma chance e um risco, o político é um espaço do indecível (Ortega, 2000). Sob essa ótica, o desenrolar dos acontecimentos e as poucas ações efetivas de combate à fome pelo Conselho da Comunidade Solidária levam Betinho a rever o seu posicionamento e a pedir demissão levando consigo outros conselheiros que também acreditam po-

"O governo é uma arena de lutas, a sociedade pode conduzir o governo a mudar de rumo".

Betinho

der fazer algo pelos 32 milhões de carentes apontados pelos dados oficiais do Ipea e IBGE.

Uma vez deixado o Conselho da Comunidade Solidária, Betinho e lideranças ligadas ao Ibase incentivam a idéia do balanço social das empresas, um chamamento pela participação das empresas nas questões de ordem social. Além disso, cabe destacar que uma idéia pública que não só é estimulada, como consegue de fato se concretizar por vários anos (até o ano de 2001 em várias cidades do Brasil!) é o Natal Sem Fome, que vira um símbolo de luta de seres humanos que acreditam na possibilidade da solidariedade como valor social.

Por ocasião de sua morte, Betinho recebe homenagens dos mais diferentes setores sociais brasileiros. O religioso e escritor Frei Betto fala que "ele foi um militante da utopia". O ator Paulo Betti acha que "São Pedro vai ficar de joelhos na porta do céu para que Betinho possa entrar". Elio Gaspari, da *Folha de S. Paulo*, afirma que "Betinho foi se embora e fica a sensação de que ele passou por aqui ensinando a banalidade do bem".

Em linhas gerais, não há condições de se afirmar o quanto a Campanha da Fome diminuiu a fome de 32 milhões de indigentes. Aliás, esse movimento não é planejado, organizado, para se ter esse balanço numérico, ou mesmo para substituir ações que são obrigações precípuas do Estado. Entretanto, com certeza, muita coisa melhorou no país a partir do ano de 1993. Muita comida é arrecadada e distribuída a partir dos milhares de comitês fundados. Sob a geração de trabalho e de renda foram apoiadas centenas de microempresas e cooperativas. No campo da democratização da terra a reforma agrária é debatida e almejada por militantes da causa, por intelectuais da esquerda, por economistas neoliberais e até

mesmo pela população simples. Nessa direção, em 1997, a reforma agrária chegou a ter o apoio de 80% de toda a população brasileira.

Entretanto, mais do que tudo isso, o maior feito dos dez anos (1993 a 2002) de trabalho da Ação da Cidadania Con-

tra a Fome, a Miséria e Pela Vida foi o de ter revitalizado este tema para a nação brasileira, de ter escancarado a pobreza material e a falta de cidadania do povo brasileiro. Nesse aspecto, a Campanha da Fome questiona a ordem estabelecida, indaga o porquê da existência de tan-

ta miséria e chama a todos – independente de credos religiosos e de posições políticas – para um verdadeiro despertar da indignação: "Quem tem fome, tem pressa!" "A fome não pode esperar!" "A fome mata!" "Miséria e democracia são incompatíveis!".

E O GOVERNO LULA?

Diante do exposto sobre a Ação da Cidadania Contra a Fome e Pela Vida, cabe, por fim, de maneira simples, prática e objetiva frisarmos algumas poucas idéias que consideramos importante serem continuamente revisitadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e por todos os membros do Programa Fome Zero lançado em 30 de janeiro de 2003:

- Combater a fome é algo que, por princípio, unifica os mais diversificados segmentos sociais, desde sindicatos, partidos políticos, empresas privadas, religiões, até entidades classistas, estudantes, donas de casas, institutos de educação popular, empresas públicas etc.
- A instauração da ética e da luta contra a miséria, como deveres da ação política, permite alargar o conceito de política e de mudança. Em outras palavras, a ética possibilita aprofundar a crítica às agências e aos agentes políticos, saindo dos juízos dicotômicos como, por exemplo, de que "toda esquerda é boa, competente, e toda direita é ruim".
- A descentralização e a questão do local (dos lugares) deve se encontrar numa posição central no desenrolar das atividades propostas por um plano nacional tão abrangente e premente como o Fome Zero.
- Um verdadeiro despertar da indignação, um combate eficaz da fome, tem de ser dirigido pelo carisma, empenho e constante trabalho pessoal do presidente eleito, sob pena de fracasso, se ficar como um mero projeto coordenado por autoridades secundárias do governo federal e/ou atores globais, como aconteceu no fracassado Conselho de Comunidade Solidária, do Governo FHC.
- Muitos trabalhos coletivos envolvendo atores plurais, mais do que meras intenções pautadas sobre discursos utópicos, podem se cons-

tituir em trabalhos concretos de alto alcance social, salvando vidas e permitindo a multiplicação de idéias e ações cidadãs.

- Cotidianamente e simbolicamente, jamais o Fome Zero será um programa de sucesso se o governo federal permitir o desperdício e/ou desvio do dinheiro público. Portanto, é preciso, se necessário, punir com firmeza e urgência os atos de corrupção praticados por lideranças microrregionais (deputados estaduais, prefeitos, vereadores etc.), para a efetivação dos programas sociais apoiados pelo Fome Zero.
- Um programa eficaz de combate à fome passa por questões de ordem emergencial (por exemplo, comida para quem não tem o que comer) e por questões de ordem estrutural, sendo as maiores delas a geração de empregos e a democratização das terras (urbanas e rurais). De fato, somente um completo e sério programa de reforma agrária poderá gerar 6 milhões de empregos, com um conseqüente aumento da renda dos trabalhadores e das quantidades dos estoques alimentares a preços mais baratos.
- Rever todos os contratos internacionais firmados nos últimos quarenta anos poderá indicar caminhos seguros para tentar renegociar a dívida externa brasileira em bases mais justas, na tentativa de economizar divisas a serem aplicadas na imediata geração de empregos.
- Jamais se esquecendo de que 45% dos miseráveis brasileiros têm menos de quinze anos de idade, o Fome Zero deverá dar a isso uma atenção especial a fim de garantir uma educação de qualidade a todos os brasileiros.
- O plano de governo Fome Zero não pode se embrenhar numa interminável burocracia e/ou listas de propostas

Qualquer agenciamento político plural congrega interesses, gera conflitos e produz ambigüidades

miraculosas, esquecendo-se de que a "fome tem pressa", "a fome mata no aqui e no agora" em todos os cantos do território brasileiro.

Por fim, todos nós, temos de acreditar e lutar para que a fome diminua nos lares da nação brasileira. Faz-se necessário virar a página da história onde a fome prevaleceu durante cinco séculos... Que o governo Lula acerte e mude o teor de miséria constante, presente neste riquíssimo solo nacional. Que a esperança sobreviva e que o medo das panelas vazias desapareça de verdade.

* *Doutor em Geografia e autor da tese "Pluralidade do fazer político na ação da cidadania contra a fome". Professor do Campus da UFG em Catalão-GO.*

REFERÊNCIAS

- FRANCO, Augusto de. *Ação local*. Brasília: Ágora, 1996.
- HARAZIN, Dorrit; PEDRAL, Sibelle. A fome adquire rosto e move o Brasil comum. *Veja*, São Paulo, p. 86-93, 29 dez. 1993.
- JACOBI, Pedro. Ação da cidadania contra a fome, a miséria e pela vida: um registro necessário. *Proposta*, Rio de Janeiro, n. 67, p. 27-33, dez. 1995.
- SOUZA, Herbert de. A luta contra a miséria. *Democracia*, Rio de Janeiro, p. 5, mar. 1996.
- SOUZA, Herbert de. Cinco anos de luta contra a miséria e pela democracia. *Jornal da Cidadania*, Rio de Janeiro, jun. 1997. p. 9.
- SOUZA, Herbert de. Combate à miséria é prioridade. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 5 set. 1993. p. 1-15.

Pesquisa e Extensão construindo Saúde

Um trabalho de combate à FOME

Na perspectiva de que segurança alimentar significa condições de acesso à alimentação básica de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais – não se esquecendo de que as práticas alimentares devem ser saudáveis, contribuindo, assim, para uma existência digna, em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana –, a alimentação do trabalhador é um aspecto relevante.

O componente nutricional da segurança alimentar implica que todos os cidadãos consumam alimentos seguros que satisfaçam suas necessidades nutricionais e seus hábitos alimentares culturalmente construídos, desde que saudáveis, e promovam sua saúde. Cientes da responsabilidade do nutricionista diante dos problemas de ordem alimentar e nutricional da população, alguns docentes da Faculdade de Nutrição instituíram um grupo de pesquisa que denominaram Saúde e Alimentação do Trabalhador,¹ sendo o primeiro da Faculdade a ser cadastrado no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Goiânia tem na construção civil um dos segmentos industriais mais significativos, cujo processo de trabalho se caracteriza pelo preparo de materiais e componentes, pelo predomínio do trabalho manual como base produtiva e pela absorção de mão-

RESUMO

Trata este artigo do registro das atividades de alguns docentes da Faculdade de Nutrição/UFG, que em 1991 formaram um grupo de pesquisa, Saúde e Alimentação do Trabalhador. O grupo partiu do entendimento do componente nutricional da segurança alimentar e da responsabilidade do profissional nutricionista em relação aos problemas de ordem alimentar e nutricional da população. A sua principal linha, "Alimentação do trabalhador da construção civil", gerou projetos e produtos que caracterizaram a alimentação desse trabalhador e identificaram seus graves problemas. A partir dos dados obtidos, visando um retorno à sociedade, o grupo desenvolveu o projeto de extensão "Saúde em construção – alimentação e qualidade de vida", com abordagem nos problemas evidenciados.

PALAVRAS-CHAVE: alimentação do trabalhador, trabalhador da construção civil, saúde do trabalhador.

de-obra não qualificada. A qualificação da força de trabalho expressa na estrutura de ofícios pertinentes à atividade de construção tem em contrapartida o emprego de uma grande parcela de trabalhadores não qualificados, ou "peões" (como ainda são denominados por muitos daqueles que ignoraram a campanha "peão não, cidadão"), cujo trabalho no canteiro é essencialmente braçal. A falta de qualificação e as especificidades de sua inserção no mercado de trabalho tor-

nam esse trabalhador mais exposto às políticas econômicas desenvolvidas e ao arrocho salarial.

Considerando os aspectos descritos e o conhecimento de que o acesso do trabalhador à alimentação dependerá do seu salário e do seu nível de conhecimento e educação, a primeira linha de pesquisa definida pelo grupo foi "Alimentação do trabalhador da construção civil", e o primeiro projeto desenvolvido, de igual nome, mas abreviado como Altrab, obteve financiamento do CNPq e da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), gerando diversos produtos, que, apresentados em diferentes eventos, tiveram grande repercussão.

Deu continuidade às investigações iniciadas um segundo projeto, intitulado "Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) no setor da construção civil na cidade de Goiânia x riscos de enfermidades crônico-degenerativas – Avaliação e propos-



Foto: Nilo Bueno

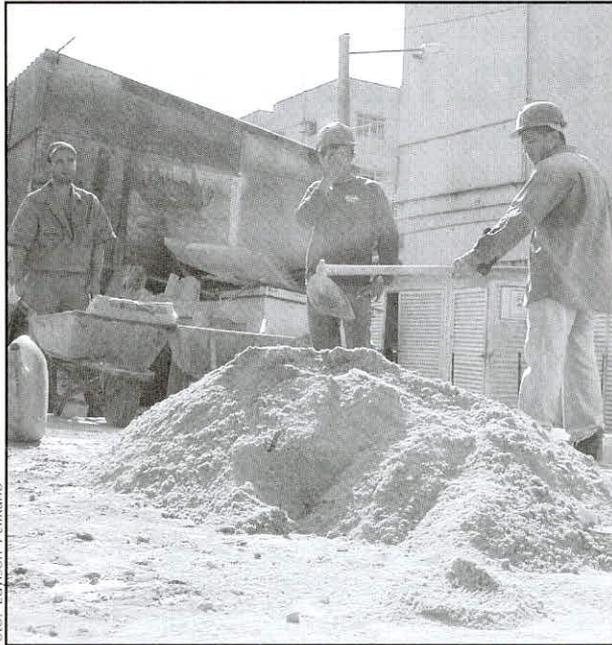


Foto: Edysson Pelikano

tas", e financiado pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep). O projeto recebeu o nome-fantasia "Saúde em Construção", pelo qual hoje é conhecido.

O estudo do PAT justificou-se por ser um programa criado pela Lei 6.231, de 14/4/1976, com o objetivo de melhorar as condições nutricionais dos tra-

*Se eu tivesse mais dinheiro
comeria mais e melhor...O
pobre também sabe o que é
bom...Mas pobre vive de sonho e
desejo (Daniel José Barbosa,
trabalhador da construção).*

balhadores, prioritariamente dos de baixa renda (até cinco salários mínimos), podendo vir a proporcionar reflexos positivos na qualidade de vida desses trabalhadores, na redução de acidentes e no aumento da produtividade. No entanto, a adesão ao PAT no setor da construção mostrou-se pequena e, quando existe, nem sempre suas recomendações são atendidas, ou seus objetivos alcançados, pois falta controle e supervisão por parte de empresários, do governo e dos trabalhadores.

As atividades referentes a esses projetos foram desenvolvidas com o apoio

dos sindicatos patronal e laboral e do Serviço Social da Indústria da Construção (Seconci).

O grupo de pesquisadores responsáveis por tais projetos exerceu influência positiva para inclusão de uma cláusula no dissídio da categoria – firmado entre os sindicatos da construção, com participação da Delegacia Regional do Trabalho (DRT) –, sobre a obrigatoriedade do fornecimento do café da manhã aos trabalhadores que cheguem quinze minutos antes do início da jornada diária.

Ficou mais uma vez evidenciado o forte simbolismo da alimentação, bem como a sua grande carga de impressões psicossociais, segundo emocionantes depoimentos obtidos, tais como:

*Se eu tivesse mais dinheiro
comeria mais e melhor...O pobre
também sabe o que é bom...Mas
pobre vive de sonho e desejo..
(Daniel José Barbosa, trabalhador
da construção).*

*A vontade dá e a gente finge
que não vê. Vê cheirar na casa do
rico e finge que não liga. Meu sonho
era este: comer diferente
(esposa de um trabalhador da
construção).*

Considerando as riquezas naturais do Brasil e o grande potencial econômico desse país, questiona-se o sonho de trabalhadores definido por um prato de comida, tal como é percebido.

Ambos os projetos, o Altrab e o PAT, evidenciaram graves problemas na alimentação dos trabalhadores estudados:

- a maioria dos trabalhadores não tem o seu gasto energético repostos;
- o consumo de nutrientes, principalmente de minerais e vitaminas, por parte dos trabalhadores, é inadequado;
- sua dieta habitual é pobre de frutas e hortaliças;
- 43% das refeições analisadas foram consideradas fora dos padrões de consumo – segurança microbiológica comprometida;

- a composição do cardápio dos trabalhadores apresentou-se inadequada: insuficiência de frutas e hortaliças e excesso de frituras;
- O PAT usufrui de pouca adesão e é desconhecido pela empresa e pelos trabalhadores;
- não são observadas as recomendações do PAT quanto ao valor energético total (VET) e ao percentual de proteína líquida utilizável (NDPCal) da refeição: VET inferior e NDPCal superior;
- em relação à saúde, a hipertensão arterial foi a enfermidade de maior frequência.

Visando dar um retorno à sociedade, com base nos resultados encontrados nas investigações realizadas foi também desenvolvido um projeto de extensão denominado "Saúde em construção – alimentação e qualidade de vida",² em parceria com o Seconci. O objetivo desse projeto foi abordar os problemas detectados, para implementação de atividades em prol de melhores condições de alimentação e da qualidade de vida do trabalhador.

Esse projeto de extensão teve como local a sede do Seconci, e como público-alvo os trabalhadores do setor e familiares, usuários do serviço. O projeto estendeu-se ainda aos canteiros de obras de empresas cadastradas. Também foram desenvolvidas atividades direcionadas para os empresários do setor.

As suas principais ações foram:

- aferição da pressão arterial e orientações para prevenção e controle de suas alterações;
- aferição do peso e da altura para avaliação do estado nutricional através do cálculo do índice de massa corporal (IMC);
- palestras sobre educação nutricional, tendo como principais enfoques: alimentação adequada e práticas de vida saudáveis, divulgação do PAT, procedimentos básicos de controle de qualidade da refeição, e requisitos mínimos para o armazenamento de refeições e para o local de seu consumo;
- participação nas atividades desenvolvidas pela assistente social e pelo téc-

Pó da casca de ovo como fonte de cálcio: qualidade nutricional e contribuição para o aporte adequado de cálcio

RESUMO

O pó da casca de ovo tem sido usado como fonte alternativa de cálcio, apesar da carência de dados sobre a qualidade nutricional desse produto. A presente investigação teve por objetivos: avaliar, em animais experimentais, a utilização biológica do cálcio da casca de ovo, pesquisar a qualidade microbiológica de amostras do produto distribuídas a populações carentes de Goiânia, e estimar a contribuição dessa fonte de cálcio adicionada a pratos de baixo custo para o aporte diário de cálcio. Constatou-se que o cálcio do pó da casca de ovo é tão biodisponível quanto o cálcio usado como padrão. O conteúdo de cálcio por porção de alimento preparado atingiu cerca de 25% das recomendações de ingestão do nutriente. Conclui-se que o pó da casca de ovo constitui uma fonte de cálcio de alto valor biológico e que pode contribuir de forma significativa para o aporte diário de cálcio, sobretudo das populações de baixa renda.

PALAVRAS-CHAVE: minerais, cálcio, casca de ovo, mineralização óssea, recomendações nutricionais.

INTRODUÇÃO

A alimentação diária deve conter quantidades relativamente elevadas de cálcio (1.000-1.500 mg) para que as demandas fisiológicas de adolescentes, adultos ou idosos sejam supridas (Food..., 1997; National..., 1994). Uma alimentação deficiente em cálcio compromete a formação do tecido ósseo e induz à perda da densidade óssea, levando à osteoporose. Essa enfermidade não está restrita aos idosos, mas é também comum entre adolescentes com amenorréia, e representa um grave problema de saúde pública quer pela incapacidade física dos pacientes quer pelo tratamento prolongado das fraturas decorrentes da doença (West, 1998; Gurr, 1999).

Está bem documentado na literatura o fato de que a dieta de populações de diferentes países é deficiente em cálcio, fornecendo quantidades de cálcio

que em geral não ultrapassam 50 % das quotas recomendadas de ingestão do mineral (Fleming & Heimbach, 1994; Lerner et al., 2000; Monge-Rojas & Nuñez, 2001). Isso ocorre porque o consumo de leite e produtos derivados (principais fontes alimentares de cálcio) não é, na maioria das vezes, suficiente para atingir o aporte adequado de cálcio, especialmente no caso de adolescentes e idosos (Lerner et al., 2000; National..., 1994; Gurr, 1999).

Sendo assim, têm-se proposto várias estratégias para aumentar o consumo de cálcio de indivíduos, grupos ou populações, tais como o incentivo à ingestão de alimentos-fonte e de alimentos fortificados e o uso regular de suplementos de cálcio (National..., 1994). Todavia, a população de baixa renda não tem acesso a esses produtos. Assim, preconiza-se o uso de fontes alternativas de cálcio, como é o caso do pó da casca de ovo, comumente utilizado em programas sociais destinados à melhoria das condições de saúde das populações de baixa renda.

O cálcio está presente na casca de ovo na forma de carbonato de cálcio e na proporção de cerca de 40% do produto em pó. Além do aspecto econômico, o cálcio da casca de ovo apresenta vantagens nutricionais,

pois não está associado a elevadas quantidades de proteína e sódio (como acontece, por exemplo, nos queijos), que podem induzir a um aumento da excreção renal de cálcio (Food..., 1997; Weinsier & Krumdieck, 2000).

Entretanto, os estudos sobre o valor nutritivo do cálcio da casca de ovo, incluindo a biodisponibilidade e qualidade microbiológica do produto, são escassos e pouco conclusivos. Assim, a presente investigação teve por objetivos: avaliar, em animais experimentais, a utilização biológica do cálcio do pó da casca de ovo; avaliar a qualidade microbiológica de amostras do pó distribuídas a populações carentes de Goiânia; e estimar a contribuição nutricional do produto adicionado em preparações de baixo custo, como fonte de cálcio.

MATERIAL E MÉTODOS

Esta investigação foi desenvolvida em três etapas, conforme descrito a seguir.

Avaliação da utilização biológica do cálcio do pó da casca de ovo

Realizou-se um ensaio biológico com 48 ratos Wistar, machos, recém-desmamados, procedentes do biotério de criação da BIOAGRI (Planaltina-DF). Os animais foram distribuídos aleatoriamente em seis grupos de oito ratos, sendo um grupo sacrificado ao início do experimento para determinação do cálcio ósseo basal (Grupo zero - G0). Os

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO

Sabe-se que as recomendações atuais de ingestão de cálcio para adultos e idosos são difíceis de serem alcançadas através da dieta, pois o consumo de produtos lácteos não é, em geral, suficiente para atingir essas recomendações (Food..., 1997; Gurr, 1999; National..., 1994; Weinsier & Krumdieck, 2000). No caso de adolescentes, a situação ainda é mais problemática pois necessita-se de uma ingestão mínima de 1.200 a 1.300 mg/dia para se alcançar a retenção máxima de cálcio no osso (Jackman et al., 1997; National..., 1994).

Sendo assim, recomenda-se para adolescentes, e também para mulheres após a menopausa, o uso de suplementos de cálcio em doses de até 500 mg para complementar o cálcio da alimentação e assim assegurar uma melhor densidade óssea (Gurr, 1999; National..., 1994).

Além disso, o baixo poder aquisitivo constitui um fator limitante para o consumo de leite e seus derivados. Assim, por ser a casca de ovo de fácil aquisição e o modo de preparo do pó ser bastante simples, o produto pode representar uma fonte acessível de cálcio para as populações de baixa renda e contribuir de forma significativa para o aporte adequado do mineral.

Vale acrescentar que, para indivíduos que necessitam de um maior aporte de cálcio (adolescentes e mulheres após a menopausa), a comple-

mentação do cálcio da dieta com o pó da casca de ovo, ou com suplementos de cálcio em geral, é mais vantajosa do que a ingestão do mineral somente através de produtos lácteos. Isso porque os excessos de proteína e de sódio advindos da grande ingestão desses alimentos induzem a um aumento das perdas urinárias de cálcio (Food..., 1997; Weinsier & Krumdieck, 2000).

Conclui-se que o pó da casca de ovo, quando preparado de forma adequada, constitui uma fonte de cálcio de alto valor nutritivo e que pode contribuir de forma significativa para o aporte diário de cálcio, sobretudo das populações de baixa renda.

AGRADECIMENTOS

A autora agradece aos professores e alunos que colaboraram nos projetos de pesquisa mencionados no início do artigo, ao químico Luiz Sávio, da Agência Goiana de Desenvolvimento Industrial e Mineral (AGIM/GO), pelo apoio técnico e orientações concedidos durante as análises de cálcio, e ao CNPq pela concessão de três bolsas de iniciação científica (Pibic).

As informações divulgadas neste artigo são relativas a dois projetos de pesquisa desenvolvidos na UFG sob coordenação da autora: "Biodisponibilidade do cálcio da casca de ovo em rações à base de caseína e da mistura arroz-feijão" (nº cadastro PRPPG 30000000 32) e "Pó da casca de ovo como fonte alternativa de cálcio: qualidade microbiológica,

suplementação em preparações de baixo custo e contribuição nutricional" (nº cadastro PRPPG 30000000 39). No primeiro projeto, participaram como colaboradores a Profª Drª Maria Sebastiana Silva (Fanut/UFG) e as acadêmicas Iana C. Cunha e Ilvana A. de Sousa (bolsistas Pibic/CNPq), e no segundo, a Profª Drª Maria Sebastiana Silva (Fanut/UFG), o Prof. Dr. Álvaro Bisol Serafini (IPTSP/UFG) e a acadêmica Carla Marques Maia (bolsista Pibic/CNPq). Os resultados dessas pesquisas foram apresentados no VI Congresso Nacional da Sociedade Brasileira de Alimentação e Nutrição (Florianópolis, Livro de Resumos, p.121, 2001) e no XVII Congresso Brasileiro de Nutrição (Porto Alegre, Anais, p.157, 2002).

* *Doutora em Ciência dos Alimentos (FCF/USP), professora da Faculdade de Nutrição/UFG e coordenadora do Laboratório de Nutrição Experimental(Lanute)/Fanut/UFG. E-mail: mnaves@fanut.ufg.br*

REFERÊNCIAS

- AMERICAN PUBLIC HEALTH ASSOCIATION (APHA). *Compendium of methods for the microbiological examination of foods*. Washington: APHA, 1992.
- FLEMING, K. H.; HEIMBACH, J. T. Consumption of calcium in the U.S.: food sources and intake levels. *J. Nutr.*, 1994.
- FOOD AND NUTRITION BOARD. Institute of Medicine. *Dietary reference intakes for calcium, phosphorus, magnesium, vitamin D and fluoride*. Washington, DC: National Academy Press, 1997. 432p.
- GURR, M. *Calcium in nutrition*. Brussels: ILSI Europe, 1999. 40p. (ILSI Europe Concise Monograph Series).
- INSTITUTO ADOLFO LUTZ. *Normas analíticas do Instituto Adolfo Lutz: métodos químicos e físicos para análise de alimentos*. 3.ed. São Paulo: IAL, 1985. 533p.
- JACKMAN, L. et al. Calcium retention in relation to calcium intake and postmenarcheal age in adolescent females. *Am. J. Clin. Nutr.*, v. 66, p. 327-333, 1997.
- LERNER, B. R. et al. O cálcio consumido por adolescentes de escolas públicas de Osasco, São Paulo. *Rev. Nutr.*, v. 13, n. 1, p. 57-63, 2000.
- MONGE-ROJAS, R.; NUÑEZ, H.P. Dietary calcium intake by a group of 13 to 18-years-old Costa Rican teenagers. *Arch. Latinoa. Nutr.*, v. 51, n. 2, p. 127-131, 2001.
- NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH. Consensus Development Panel on Optimal Calcium Intake. *Optimal calcium intake. J.A.M.A.*, v. 272, n. 24, p. 1942-1948, 1994.
- REEVES, P. G.; NIELSEN, F. H.; FAHEY JR., G. C. AIN-93 purified diets for laboratory rodents: final report of the American Institute of Nutrition ad hoc writing committee on the reformulation of the AIN-76A rodent diet. *J. Nutr.*, v. 123, n. 11, p. 1939-1951, 1993.
- WEINSIER, R. L.; KRUMDIECK, C. L. Dairy foods and bone health: examination of the evidence. *Am. J. Clin. Nutr.*, v. 72, n. 3, p. 681-689, 2000.
- WEST, R. V. The female athlete. The triad of disordered eating, amenorrhea and osteoporosis. *Sports Med.*, v. 26, n. 2, p. 63-71, 1998.

Tabela 2. Teor de cálcio de pratos de baixo custo enriquecidos com cálcio da casca de ovo

Prato	Peso da porção(g)	Teor de cálcio		% IDA
		*mg/100 g	mg/porção	
Arroz cozido	160	112,6	180,2	18
Beiju com margarina	70	280,7	196,5	20
Biscoito frito (doce)	55	433,1	238,2	24
Biscoito frito (sal)	50	500,0	250,0	25
Bolinho-de-chuva	60	449,0	269,3	27
Bolo da vovó	80	190,8	152,7	15
Farofa de banana e ovo	35	357,5	125,1	13
Purê de batatas	100	180,8	180,8	18

*Proporção do conteúdo de cálcio da porção do alimento em relação à ingestão diária adequada (IDA) de cálcio preconizada para indivíduos adultos saudáveis, de ambos os sexos - 1000 mg/dia (Food...,1997).

Política monetária e produção agropecuária: Um caminho negligenciado para acabar com a fome no Brasil

O objetivo deste estudo é investigar se a política macroeconômica pode ser usada para expandir e desenvolver o setor agropecuário no Brasil. A questão fundamental a ser respondida é: a política monetária pode afetar a produção de alimentos e o emprego na agropecuária brasileira?

Nos países onde as exportações agrícolas são um item muito importante do produto interno bruto (PIB), como no caso do Brasil, a política monetária pode influenciar o setor agropecuário. Então é importante não só verificar como a oferta monetária afeta a produção agropecuária, mas também testar o efeito das taxas de câmbio no nível dos preços e da produção agropecuária.

Segundo dados do Fundo das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), em 1990, enquanto o total das exportações brasileiras foi de 0,94% das exportações mundiais, as exportações agropecuárias foram de cerca de 2,6% do total das exportações agropecuárias mundiais. Em 2000, as exportações brasileiras representaram os mesmos 0,9% das exportações mundiais, enquanto as exportações agropecuárias aumentaram para cerca de 4% do total das exportações agropecuárias mundiais.

Cerca de 30% das exportações brasileiras são oriundas do setor agropecuário. Os mais importantes produtos agropecuários de exportação incluem o

RESUMO

Para acabar com a fome no Brasil é preciso aumentar a produção de alimentos e expandir o emprego no setor agropecuário. O objetivo deste trabalho é verificar se a política monetária pode ser usada como um instrumento para estimular o setor agropecuário, e conseqüentemente ser uma opção viável para resolver o problema da fome. É usado um modelo baseado na teoria da produção neoclássica para analisar o papel da oferta monetária. Também é discutida a teoria monetária da taxa de câmbio e sua interação com a oferta monetária. Os resultados mostram que a política monetária afeta a produção agropecuária no Brasil indiretamente, através da taxa de câmbio.

PALAVRAS-CHAVE: Política monetária, emprego, produção agropecuária, fome.

complexo soja (grãos, farelo e óleo); carne (frango, boi e porco); café, açúcar, suco de laranja, folhas de tabaco e cacau. A produção brasileira de grãos aumentou de pouco mais de 50 milhões de toneladas em 1990, para cerca de 85 milhões em 2000. Para 2003, a estimativa é de que a produção ultrapasse 106 milhões de toneladas. A soja significa um terço da produção total de grãos.

Segundo Guimarães (2001), o setor agropecuário respondeu por cerca de 10% do PIB em 2000, mas é estimado que, se o setor de agronegócios como um todo for considerado, esse percentual será elevado para 28%.

Enquanto a produção agropecuária é claramente muito importante para a economia brasileira, há outro aspecto econômico que também chamou a atenção mundial. O Brasil tem uma história de altas taxas de inflação nas últimas três décadas e meia. Depois do fracasso de vários programas de estabilização, de repetidas tentativas sem sucesso de acabar com a inflação e sete diferentes moedas nacionais, o Brasil finalmente encontrou o caminho para a estabilidade com o Plano Real, de 1994-1995. Desde então a inflação tem estado relativamente sob controle.

O monitoramento da oferta monetária pode não só controlar a inflação, mas tam-

bém promover a agropecuária no Brasil. Para estabelecer esse relacionamento, é necessário responder as seguintes questões:

1. A política monetária afeta a produção e o emprego na agropecuária?
2. Se sim, como isso se dá? Seria um efeito direto?
3. Se não for um efeito direto, isso significa que a oferta monetária não tem nenhum efeito na produção e emprego agropecuários? Ou
4. Seria um efeito indireto, através da taxa de câmbio?

A resposta a essa seqüência de questões vai revelar como as políticas macroeconômicas, com referência à oferta monetária no Brasil, afetam a produção e o emprego na agropecuária brasileira. O aumento da produção e a geração de mais empregos na área rural aumentam a disponibilidade de alimentos, tanto para exportação, como para o consumo interno, além de ser um fator multiplicador em toda a cadeia dos agronegócios.

MATERIAL E MÉTODOS

Com o objetivo de verificar os efeitos da política macroeconômica na produção agropecuária, esta análise se concentra no impacto da oferta monetária e da taxa de câmbio. O modelo usado é uma aproximação simplificada de uma função de produção. Assume-se que a produção agropecuária é uma função das seguintes variáveis explanatórias:

- $Y_{AG} = f(P, L, W, X, M)$ onde:
 Y_{AG} é o valor da Produção Agropecuária em "R\$ correntes"
 P é o quociente de Preços Pagos e recebidos pelos Produtores
 L é a Força de Trabalho na Agropecuária¹
 W é o Salário Mínimo
 X é a Taxa de Câmbio,² e
 M é a Oferta Monetária.³

Para analisar essa função de produção, foram coletados dados anuais de 1970 até 2000 (o número de observações é igual a 31). Os dados são do IBGE, do banco de dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DADOS), do Banco Central do Brasil, e do banco de dados do Ipea (Ipeadata).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É utilizado um modelo de "primeira diferença em logaritmos", que pode ser visto como uma formulação de taxas de crescimento, pois as diferenças nos logaritmos são basicamente a taxa de mudança na variável relevante. Por exemplo, para a variável dependente, a mudança no logaritmo da produção agropecuária $\Delta \log Y_{AG}$ é aproximadamente a taxa de mudança na produção agropecuária através do tempo. Essa mesma interpretação da taxa de mudança (Δ no log) se aplica a todas as variáveis explanatórias, como mostra o modelo abaixo.

$$\Delta \log Y_{AG} = \alpha_1 + \alpha_2 \Delta \log P + \alpha_3 \Delta \log L + \alpha_4 \Delta \log W + \alpha_5 \Delta \log X + \alpha_6 \Delta \log M + \varepsilon$$

Para corrigir problemas de autocorrelação, são usados os estimadores de mínimos

quadrados generalizados, de acordo com o método de Prais-Winsten [Gujarati (2003, p. 482)]. Os resultados mostram um coeficiente muito forte para a taxa de mudança na taxa de câmbio em contraste com um coeficiente muito fraco para a taxa de mudança na oferta monetária. Esse relacionamento insignificante observado entre a oferta monetária e a variável dependente, produção agropecuária, sugere que a política monetária não tem um efeito direto na produção agropecuária. Por isso, uma regressão restrita é rodada, fazendo que o coeficiente da oferta monetária seja igual a zero. O modelo é o seguinte:

$$\Delta \log Y_{AG} = \alpha_1 + \alpha_2 \Delta \log P + \alpha_3 \Delta \log L + \alpha_4 \Delta \log W + \alpha_5 \Delta \log X + \varepsilon$$

Os resultados são apresentados abaixo e recebem o nome de "Equação 1":

$$\Delta \log Y_{AG} = 0,065011 - 0,63228 \log P + 0,74342 \log L + 0,323016 \log W + 0,6601135 \log X$$

(1,358) (-2,296)** (4,644)*** (3,792)*** (7,402)***

Os valores obtidos para o teste "t" estão entre parênteses.

*** Coeficiente significativo a 1%.

** Coeficiente significativo a 5%.

O coeficiente de determinação múltipla (R^2) é igual a 0,985497, indicando que 98% das mudanças na produção agropecuária são explicadas pelas variáveis independentes. O teste de Durbin-Watson (D-W) é igual a 1,87651, indicando que a autocorrelação não está presente. Também o teste 'RESET' é realizado, para verificar se há erro de especificação nesse modelo, devido à retirada da variável independente "oferta monetária". O valor computado para o teste 'F' é igual a 1,83, indicando que não há problema na omissão da variável e nem tampouco outras 'tendências' estatisticamente significantes.

Os resultados são bastante interessantes. Todas as variáveis explanatórias são altamente significantes e têm o sinal esperado. A mudança na taxa de crescimento da força de trabalho na agropecuária tem um relacionamento positivo com a mudança na

taxa de crescimento da produção agropecuária. No setor rural brasileiro,

o aumento da produção agropecuária significa aumento do número de trabalhadores.

O relacionamento mais forte de todos, medido pelo teste "t", é entre a taxa de câmbio e a produção agropecuária. É um relacionamento positivo, significando que quando a taxa de câmbio aumenta, a produção agropecuária também aumenta. Quando a taxa de câmbio aumenta, a moeda brasileira, o real, enfraquece em relação ao dólar; então os produtos brasileiros se tornam mais baratos no mercado internacional, o que faz aumentar a exportação de produtos agropecuários.

A evidência até agora mostra que não há relacionamento entre a variável

explanatória "oferta monetária" e a variável dependente "produção agropecuária". Será que isso significa então que a política monetária não tem efeito algum na produção agropecuária? Não, aparentemente isso significa que a política monetária não tem um efeito direto e independente sobre a produção agropecuária.

Outra evidência dos resultados discutidos até agora é que a taxa de câmbio tem um efeito muito forte na produção agropecuária. Além disso, o 'aspecto monetário' da taxa de câmbio diz que a oferta monetária de um país tem um efeito importante e singular na taxa de câmbio. Esse pode ser então o canal de ligação entre a política monetária e a produção agropecuária. Assim sendo, vale a pena estudar a aplicabilidade do "aspecto monetário" da taxa de câmbio na economia brasileira.

A teoria monetária da taxa de câmbio afirma que esta é determinada pelas demandas e ofertas relativas de dinheiro dos dois países envolvidos. Então, assumindo uma função de demanda monetária tipo Cagan, tem-se:

$$S_{AB} = \frac{M_A}{M_B} \times \frac{A_B Y_B^\beta \exp(\gamma_B R_B)}{A_A Y_A^\beta \exp(\gamma_A R_A)}$$

A taxa de câmbio é igual a razão das

ofertas monetárias vezes a razão inversa das demandas monetárias. O relacionamento acima pode ser reescrito em formato logarítmico:

$$\log S_{AB} = \beta_1 + \beta_2(\log M_A) - \beta_3(\log M_B) + \beta_4(\log Y_B) - \beta_5(\log Y_A) + \beta_6(R_B) - \beta_7(R_A) + \varepsilon_{AB}$$

onde:

S_{AB} é a taxa de câmbio nominal em R\$ por US\$ (é o X da função de produção)

M_A é a oferta monetária do Brasil (é o M da função de produção)

Y_A é o PIB real do Brasil

R_A é a taxa de juros nominal do Brasil (over-selic)

M_B é a oferta monetária dos Estados Unidos, em US\$

Y_B é o PIB real dos Estados Unidos, em US\$

R_B é a taxa de juros nominal dos Estados Unidos (Federal Funds Rate).

As fontes dos dados dos Estados Unidos são o Federal Reserve Bank (FED), o Council of Economic Advisers (CEA), o Bureau of Economic Analysis (BEA), e o FMI.

Devido às condições de hiperinflação que o Brasil teve no passado, é possível que seja inapropriado assumir uma variância constante do termo "erro" (homocedasticidade). Sob condições de hiperinflação, há períodos no tempo em que a variância do termo "erro" é constante, enquanto em outros períodos a variância é relativamente alta. Nessas circunstâncias, Enders (1995, p.139) recomenda o uso do modelo ARCH. É possível conseguir um conjunto de coeficientes mais significativos modelando a variância, pela imposição de uma estrutura de séries temporais. Os resultados do modelo ARCH são os seguintes, e recebem o nome de "Equação 2":

Os valores obtidos para o teste "t" estão entre parênteses.

*** Coeficiente significativo a 1%.

** Coeficiente significativo a 5%.

* Coeficiente significativo a 10%.

A oferta monetária do Brasil (MA) apresenta o mais forte relacionamento com a variável dependente "taxa de câmbio", medido pelo teste "t". É um relacionamento positivo, como esperado. Quando há um aumento na oferta monetária do Bra-

sil, há também um aumento na taxa de câmbio entre o real e o dólar. O PIB real do Brasil (YA) tem também um relacionamento muito forte e negativo com a va-

riável dependente "taxa de câmbio", significando que, quando o PIB aumenta, a taxa de câmbio diminui, como esperado.

Os resultados obtidos na aplicação da teoria monetária da taxa de câmbio sugerem que a oferta monetária tem mesmo um profundo e singular efeito na taxa de câmbio. Quando há um aumento na oferta monetária do Brasil, há um aumento na taxa de câmbio entre o real e o dólar. Quando há um aumento na taxa de câmbio, há também um aumento da produção e do número de trabalhadores na agropecuária brasileira, como visto anteriormente. Aparentemente, então, esse é o canal através do qual as políticas macroeconômicas afetam a produção e o emprego na agropecuária. Para ser mais específico, a política monetária tem sim efeitos na produção agropecuária no Brasil, só que esses efeitos não são diretos. Eles são indiretos, através da taxa de câmbio.

CONCLUSÕES

Na "Equação 1", cuja variável dependente é a produção agropecuária, o coeficiente da força de trabalho na agropecuária é 0,74342. Isso significa que 10% de aumento no número de trabalhadores aumentaria a produção agropecuária em 7,4%. Já o coeficiente da taxa de câmbio é 0,6601135, significando que 10% de aumento na taxa de câmbio aumentaria a produção agropecuária em 6,6%.

Na "Equação 2", cuja variável dependente é a taxa de câmbio, o coeficiente da oferta monetária do Brasil é 1,2677. Isso significa que um aumento de 10% na oferta monetária aumentaria a taxa de câmbio em 12,67%.

Com essas informações pode-se fazer uma simulação bem simples. Claramente, essa é uma simulação rudimentar, porque, por exemplo, quando há uma mudança

na produção agropecuária, haverá também uma mudança no PIB, o que, conseqüentemente, terá um efeito na taxa de câmbio.

Supõe-se que haja um aumento na oferta monetária de 12%, o que acarretaria um aumento na taxa de câmbio de 15%. Quando a taxa de câmbio aumenta nesse percentual, a produção agropecuária aumenta em 10%. Com um aumento de 10% na produção agropecuária, o número de trabalhadores aumentaria em 13,5%. Assim sendo, quando se quer aumentar o número de empregos no setor rural em 13,5%, aumenta-se a oferta monetária em 12%.

Certamente os resultados deste estudo não estão propondo um retorno à inflação. A sugestão é que, em um período de relativa estabilidade econômica, uma expansão moderada na oferta monetária pode assegurar o aumento da produção de alimentos, além de gerar empregos no setor rural, elementos essenciais para acabar com a fome no Brasil.

* Escola de Agronomia da Universidade Federal de Goiás. Caixa Postal 131. CEP 74001-970, Goiânia, GO.

** Economics Dept., College of Business, Auburn University. Auburn - AL, 36849. Estados Unidos.

NOTAS

¹ Ou o número de trabalhadores na agropecuária brasileira.

² O preço do dólar comercial em R\$ correntes (R\$/US\$).

³ É o estoque de dinheiro na economia brasileira, ou M1 - meios de pagamento, que incluem os depósitos à vista e o papel-moeda em poder do público.

REFERÊNCIAS

- BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB), www.bcb.gov.br
 BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS (BEA), www.bea.gov
 COUNCIL OF ECONOMIC ADVISERS (CEA): *The economic report of the president*, www.whitehouse.gov/cea
 ENDERS, Walter. *Applied econometric time series*. New York: JOHN WILEY & SONS, Inc., 1995.
 FEDERAL RESERVE BANK (FED), www.federalreserve.gov
 FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS (FAO), www.fao.org
 FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS - BANCO DE DADOS (FGV-DADOS), www.fgv.br
 FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL (FMI), www.imf.org
 GUIMARÃES, Marcelo F. *Brazil: review of recent developments in agricultural policies, markets and trade*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2001. 17 p.
 GUJARATI, Damodar N. *Basic econometrics*. 4. ed. New York: MCGRAW-HILL, 2003.
 BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE), www.ibge.gov.br
 INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - BANCO DE DADOS (IPEADATA), www.ipeadata.gov.br

$$\log S_{AB} = 16,422 + 1,2677 \log M_A + 1,079 \log M_B + 0,7826 \log Y_B + 0,2842 \log Y_A + 0,0155 R_B + 0,000026 R_A$$

(-2,57)** (18,07)*** (-3,17)*** (6,77)*** (-4,83)*** (1,95)* (-0,68)

Situação da (in)segurança alimentar no Brasil

RESUMO

A partir da definição apresentada pelo Brasil na Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996, que vê a segurança alimentar e nutricional como um direito humano básico e a insegurança alimentar (fome) como violação desse direito, procura-se neste trabalho traçar um panorama da fome e pobreza no Brasil.

O conceito de segurança alimentar foi definido de forma bastante clara no documento oficial do Brasil, apresentado na Cúpula Mundial da Alimentação em 1996. O documento sistematiza o conceito da seguinte forma:

"Segurança Alimentar e Nutricional significa garantir a todos acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, com base em práticas alimentares saudáveis. Contribuindo, assim, para uma existência digna em um contexto de desenvolvimento integral da pessoa humana".

Essa definição implica uma abordagem da segurança alimentar como um direito humano básico e da insegurança alimentar (fome) como violação desse direito. Com base nessa definição, procura-se neste trabalho traçar um breve panorama da fome e pobreza no Brasil. O trabalho está organizado da seguinte forma: o item 2 apresenta uma discussão sobre os principais conceitos utilizados neste trabalho. O item 3 discute, com base no "Relatório da insegurança alimentar no mundo" (SOFI 2000), do Fundo das Nações Unidas Para a Agricultura e Alimentação, (FAO), a re-

lação entre fome e subnutrição e a disponibilidade de alimentos. O item 4 apresenta os números da pobreza e indigência no Brasil, com base nos vários estudos que utilizam a abordagem da insuficiência de renda. O item 5 discute as causas estruturais da fome e da pobreza no Brasil (concentração de riquezas). Por fim, no item 6, apresentam-se as considerações finais.

REFERÊNCIAS CONCEITUAIS E METODOLÓGICAS

A discussão acerca do problema da segurança alimentar compreende a utilização de pelo menos três conceitos: pobreza, fome e desnutrição. De acordo com Monteiro, apud Takagi, Silva e Grossi (200, 1 p. 17), há uma estreita relação entre esses conceitos, mas cada um possui uma definição própria. A pobreza ocorre quando, por falta ou insuficiência de renda, as pessoas não conseguem ter acesso aos

meios de subsistência básicos, tais como alimentação, saúde, habitação, vestuário e educação, entre outros elementos necessários para uma vida com o mínimo de qualidade. A fome ocorre quando as pessoas não conseguem obter uma alimentação diária que supra suas necessidades de energia requeridas para a manutenção de seu organismo, considerando as várias atividades físicas normais do ser humano. A desnutrição, que geralmente acompanha as situações de fome e pobreza, decorre da inadequação alimentar tanto nos aspectos quantitativos (energéticos) quanto nos qualitativos (nutrientes).

Isso implica dizer que a fome não é a única causa da desnutrição. Quando uma determinada comunidade é acometida por fome, inevitavelmente acontecerá a desnutrição. Mas é bastante comum a ocorrência da desnutrição em pessoas que possuem suas necessidades energéticas atendidas, ou seja, que não "passam fome". Especialmente entre a população infantil, a desnutrição geralmente ocorre devido a uma inadequação qualitativa da



Foto: Divulgação

O combate à fome e pobreza implica a aceleração do processo de reforma agrária e a ampliação das políticas de apoio à agricultura familiar

dieta, agravada pelo desmame precoce, e à precariedade das condições sanitárias. Monteiro (1995) esclarece, ainda, que pode haver situações de generalizada pobreza em uma determinada localidade (devido à precariedade do acesso à moradia, educação, saneamento básico), sem que a sua população passe fome.

Pode-se também adicionar uma outra distinção conceitual importante: pobreza absoluta e pobreza relativa. O significado do primeiro conceito é similar ao conceito de pobreza visto anteriormente. O segundo se refere às situações de desigualdade social e à concentração da riqueza. Em termos hipotéticos uma sociedade pode apresentar elevados níveis de desigualdade e baixos índices de pobreza (absoluta); ou ainda, pode ser uma sociedade relativamente igualitária sem que a população tenha as suas necessidades básicas atendidas. No caso do Brasil convive-se com os dois tipos de pobreza, e ambas apresentam níveis absurdamente elevados. Mais do que isso, há uma estreita relação de causalidade entre elas, ou seja, a desigualdade na distribuição de riquezas é fator determinante dos altos índices de pobreza.

Essa distinção conceitual se reflete também em várias formas de se quantificar o problema. De forma geral, pode-se agrupar esses métodos em duas grandes linhas. A primeira se baseia na mensuração das necessidades básicas e utiliza os chamados métodos diretos. Nessa linha, desenvolvem-se pesquisas sobre a adequação entre o consumo de calorias e proteínas e as características físicas das pessoas (como altura e peso), considerando os tipos de atividades físicas que elas desempenham. Os indicadores mais utilizados são o consumo calórico e os dados antropométricos.

A outra linha de pesquisa prioriza os chamados métodos indiretos (ou "métodos da insuficiência de renda"). As pesquisas desenvolvidas com essa orientação metodológica pressupõem que uma alimentação adequada ou a satisfação de outras necessidades básicas podem ser inferidas a partir da mensuração da renda familiar.

Não há, evidentemente, nenhuma incompatibilidade entre essas duas linhas de pesquisa. No entanto, devido ao fato de serem em maior número e mais atuais, priorizaremos na exposição a seguir as pesquisas que se baseiam nos métodos indiretos. Além disso, acreditamos que há bastante evidências de que a insuficiência de renda é fator determinante da situação de fome e pobreza de grande parte da população brasileira. A esse respeito vale citar as palavras de (Takagi, Silva e Grossi (2001):

"No caso brasileiro, não há dúvida

de segurança alimentar no mundo praticamente não mudou desde o primeiro relatório. Segundo o SOFI 2000, a estimativa do número de pessoas subnutridas no período 1996-1998, é praticamente a mesma do período anterior (1995-1997): 826 milhões de pessoas subnutridas no mundo. Desse total, 792 milhões vivem nos países em desenvolvimento e 34 milhões nos países desenvolvidos. Isso mostra que ainda estamos longe de cumprir a meta da Cúpula Mundial, de reduzir pela metade o número de pobres até 2015. Segundo o diretor-geral da FAO, para alcançar essa

As estimativas do SOFI 2000 para o Brasil estão resumidas no quadro abaixo.

Disponibilidade de alimentos	Consumo recomendado	Consumo Médio	Déficit de calorias	Total de pessoas	Proporção de subnutridos
2.960 KPD*	1.900 KPD*	1.659 KPD*	250 KPD*	15,9 milhões	10% da população

*(KPD = kcal/pessoa/dia)

que a grande causa da falta de acesso aos alimentos, bem como da desnutrição infantil, é o baixo nível de renda. A Pesquisa Nacional de Saúde e Nutrição (PNSN) de 1989 constatou que ligeiros acréscimos na renda domiciliar traduzem-se em melhor desempenho no crescimento da população até 25 anos de idade. Hoffmann (1995) também constatou correlação negativa entre prevalência de retardo no crescimento na infância e o rendimento mediano das famílias destas crianças."

FOME E DISPONIBILIDADE DE ALIMENTOS

A FAO é responsável pela realização e divulgação de um dos estudos mais abrangentes sobre (in) segurança alimentar no mundo. Um dos objetivos centrais do relatório "Estado da insegurança alimentar no mundo (SOFI)" é monitorar o cumprimento das metas de redução da pobreza e desnutrição traçadas pelos 186 países presentes na Cúpula Mundial da Alimentação, realizada em Roma em 1996.

Uma das principais constatações da segunda edição do Relatório da FAO, o SOFI 2000, é que a situação da inse-

meta, a taxa de redução do número de pobres deveria sair dos atuais 8 milhões de pessoas por ano para, no mínimo, 20 milhões de pessoas por ano, até 2015 (SOFI, 2000).

O método utilizado pela FAO para estimar o contingente de subnutridos em um país baseia-se nos seguintes critérios: calcula-se, com base nos dados sobre produção, comércio e estoques de alimentos, a disponibilidade de calorias *per capita*; estima-se a necessidade calórica da população, considerando a diferença entre os diversos grupos (idade, gênero etc.); e, por fim, combinam-se esses dados com informações sobre o consumo de alimentos e a distribuição de renda. Consideram-se subnutridos aqueles que consomem menos calorias que o mínimo estabelecido.

Como já era esperado, o estudo revela que a disponibilidade de alimentos é bastante superior às necessidades mínimas estabelecidas para o caso brasileiro, mas ainda assim o país possui cerca de 16 milhões de pessoas subnutridas. A partir da última edição do Relatório, a FAO começou a estimar a gravidade da fome, através do cálculo do déficit de calorias. No Brasil as pessoas consideradas subnutridas consomem em média 1.659 calorias por dia e necessitam, portanto, de cerca de 250 kcal/pessoa/dia para atingir o consumo

mínimo recomendado. Nos países desenvolvidos esse déficit é de 130 kcal/pessoa/dia, enquanto nos países onde a situação de fome é mais grave o déficit é de 300 kcal/pessoa/dia.

Cabe ressaltar que uma das maiores virtudes do Relatório da FAO, a sua amplitude, constitui-se também em um de seus pontos fracos. A abrangência mundial do estudo, que é uma condição para comparações internacionais, o torna pouco adequado para uma avaliação mais aprofundada da realidade de cada país. Alguns estudiosos do tema consideram que certas limitações metodológicas, como a não-consideração das perdas no decorrer do processo de produção de alimentos, levam a uma subestimação do número de pessoas subnutridas (Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi, 2001).

No entanto, o maior mérito do Relatório da Insegurança Alimentar no Mundo é derrubar um dos mitos mais poderosos acerca do problema da fome. O Relatório mostra que dos 98 países em desenvolvimento somente 6 países não têm disponibilidade de alimentos suficientes para alimentar adequadamente as suas populações. O problema nos outros 92 países não é de disponibilidade de alimentos, mas de incapacidade de acesso aos alimentos produzidos. É, portanto, uma questão de distribuição.

Cabe ressaltar, no entanto, que após o Plano Real o país tem recorrido constantemente às importações de alimentos como uma estratégia para estabilizar os preços destes. Isso significa que, a partir de meados dos anos 90, a disponibilidade de alimentos para o abastecimento do mercado interno



Foto: CEDOC/DM

passa a depender fortemente das importações, gerando uma situação de profunda insegurança alimentar. Basta mencionar que a importação de grãos e fibras passou de cerca de 3 milhões de toneladas no início da década para 12 milhões em 1999.

POBREZA, INDIGÊNCIA E INSUFICIÊNCIA DE RENDA

O pressuposto básico dos estudos que utilizam a renda como principal indicador para estimar as situações de fome e pobreza é de que o nível de renda define o nível de acesso a uma alimentação adequada. Esses estudos possuem em comum a definição de va-

lores de referência, denominados linha de pobreza (LP) e linha de indigência (LI). Normalmente, a LI é definida com referência ao valor de uma cesta básica de alimentos, enquanto a LP inclui, além da cesta, outros bens e serviços considerados imprescindíveis para uma vida mais saudável (moradia, transporte, saúde etc.). A partir dessas definições, considera-se pobre ou indigente a pessoa cuja renda se situa abaixo desses valores de referências.

No entanto, não há um consenso acerca do método mais adequado para se estabelecer esses valores de referências. Normalmente, os valores atribuídos às linhas de pobreza e indigência estão relacionados aos objetivos dos estudos e à natureza dos dados utilizados. Pode-se classificar os estudos que definem a pobreza pela insuficiência de renda em dois grandes grupos: aque-

Tabela 1 - Comparação da Proporção de Indigentes e Pobres, segundo autores selecionados - 1999

Brasil	Rocha(2000) % indigentes	Rocha(2000) % pobres	Paes de Barros et al. (2001) % indigentes	Paes de Barros et al. (2001) % pobres	Hoffmann(2001) % pobres	FomeZero (2001) % de pobres
TOTAL	8,7	35,0	14,5	34,1	18,1	27,6
Metropolitana	7,1	36,9	----	----	10,1	19,1
Urbana						
Não-metropolitana	7,3	31,8	----	----	15,1	25,5
Rural	15,3	40,3	----	----	38,5	46,1

Fonte: Adaptado do Projeto Fome Zero, versão 3 (Instituto da Cidadania, 2001)

les que utilizam como LP e LI um valor único para todo o país e aqueles que partem da estrutura de consumo das famílias (Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi, 2001).

A tabela 1 apresenta dados de pesquisa mais recentes sobre a situação da pobreza e indigência no Brasil. Antes de qualquer tentativa de comparação esses resultados devem, portanto, ser compreendidos à luz da metodologia utilizada.

Os trabalhos de Paes de Barros et al. e de Hoffmann utilizam valores únicos para todo o país. Paes de Barros et al. utilizam os dados oficiais do Ipea. As LI e LP empregadas são as mesmas definidas para a Região Metropolitana de São Paulo. Hoffmann utiliza como linha de pobreza para todo o país o valor correspondente a um quarto do salário mínimo de agosto de 1980 (R\$46,15 em setembro de 1999).

Uma das justificativas para se usar esse método é que sua base, o salário mínimo, deveria suprir as necessidades vitais das pessoas (alimentação, moradia, transporte, saúde...). A utilização mais freqüente desse método se deve à transparência e praticidade na coleta dos dados. No entanto ele possui a desvantagem da variação periódica do salário mínimo. Além disso esse método, como todos que utilizam como LP e/ou LI valores únicos para todo o país, não leva em consideração as diferenças regionais e nem as diferenças entre o mundo rural e urbano no Brasil (Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi, 2001, p. 12).

O estudo de Rocha faz parte do grupo de pesquisas que partem do consumo das famílias para definir as linhas de pobreza e indigência. Os valores de referência são estimados a partir da estrutura de consumo das famílias e dos preços em cada região. Essa é uma tentativa de considerar as diferenças de padrões de consumo e de custo de vida entre as regiões e entre as áreas rurais e urbanas. Os valores estabelecidos por Rocha são os seguintes:

- a) LI varia de R\$ 20,37 (áreas rurais do Centro-Oeste) a R\$ 41,86 (Região Metropolitana do Rio de Janeiro);
- b) LP varia de R\$ 47,14 (áreas rurais

do Nordeste) a R\$ 167,97 (Região Metropolitana de São Paulo).

O trabalho de Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi utiliza também valores de referências regionalizados. O ponto de partida da metodologia definida por esses autores é a LP de U\$ 1,00 por dia, utilizada pelo Banco Mundial. No entanto, foram introduzidas algumas adaptações importantes, como a imputação do autoconsumo das famílias rurais, a dedução de despesas com aluguel e prestação da casa própria e a regionalização dos custos de vida, considerando também as diferenças rural/urbano. Os valores estabelecidos como LP variam de R\$ 62,29 (áreas rurais do Nordeste) a R\$ 82,54 (Região Metropolitana de Salvador). Vale ressaltar que esse estudo foi elaborado como um subsídio ao Projeto Fome Zero do Instituto da Cidadania, lançado oficialmente pelo então candidato a presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva em Brasília no dia 16/10/2001. O Projeto Fome Zero encampou integralmente a metodologia proposta por esses autores para estimar os potenciais beneficiários desse programa.

A diferença nos resultados sintetizados na Tabela 1 se deve, portanto, à diferença dos métodos e valores usados para traçar as LP e LI. Note-se que a proporção de pobres é maior nos estudos de Paes de Barros e Rocha, que atribuem valores mais elevados para a LP adotada. Da mesma forma, devido ao valor da LP utilizada por Hoffmann, a sua estimativa da proporção de pobres fica mais próxima da proporção de indigentes calculada por outros autores. Os resultados apresentados por Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi se situam abaixo da estimativa apresentada por Rocha para o conjunto do país (27,6% contra 35%), devido à diferença dos critérios de regionalização da LP acima nas áreas rurais (46,1% contra 40,3%). Os autores esclarecem que o objetivo do estudo não é estimar com precisão as pessoas que "passam fome" – o que exigiria pesquisas mais abrangentes e refinadas –, mas estimar o público beneficiário do Projeto Fome Zero, que seriam todos aqueles que, por insuficiência de renda, estariam

"vulneráveis à fome" (Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi, 2001).

Cabe ressaltar que, apesar das diferenças metodológicas, todos os estudos, inclusive aqueles produzidos pelos órgãos governamentais, são unânimes em apontar a magnitude e seriedade do problema da fome e da pobreza no Brasil.

EVOLUÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

A amplitude do problema da fome e da pobreza no Brasil pode ser mais bem compreendida a partir de uma série histórica mais longa, capaz de captar não só as oscilações conjunturais, mas também as tendências de longo prazo. Por esse motivo, optou-se por utilizar nesta seção a série de dados apresentada no trabalho de Paes de Barros et al., citado anteriormente.

A análise dos dados sobre pobreza e indigência nas últimas duas décadas mostra que a pobreza atingiu os níveis mais elevados no início dos anos 80, devido à crise e recessão do período, chegando a mais de 50% da população em 1983 e 1984. Em 1986, devido aos impactos do Plano Cruzado, os níveis de pobreza caem significativamente, chegando a 28%. Como se sabe, os efeitos desse plano foram bastante efêmeros, e, nos anos seguintes, até 1995, a pobreza voltou a crescer, se situando entre 40% e 45% da população. A partir do Plano Real a pobreza se estabiliza em torno de 34%.

Os próprios autores (Paes de Barros et al., 2001) observam que, apesar de se situar em novo patamar, esse nível de pobreza ainda é extremamente alto. Na verdade, se considerarmos todo o período, veremos que a redução dos níveis de pobreza nos últimos vinte anos foi bastante modesta, de 40% em 1977 para 34% da população em 1999. A análise dos números absolutos revela que a lentidão desse processo não tem sido capaz sequer de acompanhar o crescimento populacional. O número de pessoas pobres passou de 41 milhões em 1977 para 53 milhões em 1999, um acréscimo

de mais de 12 milhões de pobres na população total do país.

DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DA POBREZA E INDIGÊNCIA NO BRASIL

Apesar da diferença dos números, devido aos critérios adotados por cada autor, há uma tendência bastante clara em todos os estudos: a proporção de pobres e indigentes diminui nas áreas rurais e aumenta nas áreas urbanas.

Conforme mostrado anteriormente, os números apresentados no Projeto Fome Zero se situam um pouco abaixo das estimativas da pobreza (e muito acima da proporção de indigentes) calculadas por Rocha para o conjunto do país. Apesar disso, a proporção de pobres no meio rural estimada pelo Projeto Fome Zero é sempre maior do que em Rocha. De acordo com Takagi, Graziano da Silva & Del Grossi (2001), essas divergências nos resultados mostram que a metodologia proposta por eles foi mais eficiente em captar as diferenças de "custos de vida e hábitos alimentares entre as diferentes áreas de residência".

Mas deve-se observar que, apesar da pequena diminuição, a proporção de pobres e indigentes nas áreas rurais continua extremamente elevada. Em todos os estudos, a pobreza e a indigência no meio rural continuam, durante todo o período analisado, sendo proporcionalmente maiores do que nas áreas urbanas. Essa situação se repete em todas as regiões brasileiras, exceto no estudo de Rocha, no que se refere à estimativa de pobreza. Em todos os estudos a pobreza rural é proporcionalmente mais alta na Região Nordeste, variando de cerca de 50% (em Rocha e em Hoffmann) a 60% (Projeto Fome Zero) da população rural dessa região. Na Região Sul registraram-se os menores índices de pobreza rural, cerca de 22% em Rocha e em Hoffmann e de 28% segundo o Projeto Fome Zero. Na Região Norte as estimati-

vas da pobreza rural variam de 38% (Projeto Fome Zero) a 45% (Hoffmann). No Centro-Oeste a pobreza atinge cerca de 34% da população rural (Rocha e Projeto Fome Zero). No Sudeste a proporção de pobres varia de 29% (Rocha) a 34% (Projeto Fome Zero).

Essa situação ganha uma conotação ainda mais estupefacente se lembrarmos, como o faz José Ely da Veiga (2001), que a pobreza rural teima em persistir em níveis tão elevados mesmo após o brutal êxodo rural ocorrido nas últimas décadas.

Cabe ressaltar que até agora falou-se da pobreza em termos proporcionais. Se considerarmos os números absolutos fica evidente que o maior contingente de pobres está nas áreas urbanas. Como já foi dito anteriormente, é exatamente nessas áreas, especialmente nas regiões metropolitanas, que a pobreza e a indigência crescem mais. Apesar de estar presente em todos os estudos, essa tendência fica mais evidente no trabalho de Rocha, citada no Projeto Fome Zero (2001, p. 21). De acordo com essa autora, o agravamento da pobreza nas áreas metropolitanas está relacionado ao esgotamento dos efeitos redistributivos do Plano Real, já em meados de 1996, e aos ajustes econômicos desse período. O aumento da pobreza estaria mais diretamente ligado ao fechamento dos postos de trabalho de menor qualificação, acelerando o "processo de exclusão da mão-de-obra menos qualificada do mercado de trabalho".

CONCENTRAÇÃO DE RIQUEZAS: A CAUSA DA INSEGURANÇA

Conforme mostramos na seção "Fome e disponibilidade de alimentos", as causas da fome no Brasil estão relacionadas à má distribuição e não à falta de alimentos. A incapacidade de acesso aos alimentos básicos e a outros bens e serviços necessários a uma qualidade de vida minimamente aceitável também não se deve, evidentemente,

à insuficiência, mas à péssima distribuição de riquezas no país. Isso nos leva à conclusão óbvia de que as causas da pobreza no Brasil não devem ser buscadas nas flutuações de curto prazo da economia. Ao contrário são as causas estruturais que nos interessam: a desigualdade na distribuição de riquezas. Essa desigualdade se reveste de várias formas no país, mas basta aqui mencionar aquelas que determinam diretamente a falta de poder aquisitivo e acesso aos meios de produção:

a) concentração de terras. As raízes da concentração fundiária, por demais conhecida, remontam ao processo de ocupação territorial pelos colonizadores, iniciado com as capitâncias hereditárias e consolidado pela Lei de Terras de 1850. A persistência ao longo dos séculos de um padrão de distribuição da propriedade da terra com níveis de desigualdade tão absurdamente elevados não pode ser, entretanto, explicada exclusivamente por esse particular processo de formação do latifúndio. Há que se somar a isso a histórica teimosia das elites brasileiras em não realizar uma verdadeira reforma agrária e o seu conseqüente desprezo pela agricultura familiar.

Uma breve análise dos dados *Censo agropecuário* de 1995/1996, do IBGE, é suficiente para ilustrar o exacerbado grau de polarização da nossa estrutura fundiária. Os estabelecimentos com menos de 10 hectares, cerca de 2,5 milhões de unidades que representam 50% do total de estabelecimentos, ocupam somente 2,2% da área total, a mesma área ocupada pelos 37 estabelecimentos com 100 mil hectares ou mais. Os estabelecimentos com menos de 100 hectares, 90% do total, ocupam 20% da área, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares, menos de 2% do total, ocupam 45% do total da área.

b) Concentração de rendas. A discussão sobre a desigualdade de renda terá como base os dados apresentados por Paes de Barros et al. (2001). O título do seu estudo, *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*, é bastante sugestivo e indica o sentido da exposição a seguir. Conforme mos-

trado na seção "Evolução da pobreza no Brasil", a pobreza no Brasil, depois de uma pequena redução em meados dos anos 90, se estabilizou em um patamar ainda extremamente elevado.

Como já foi dito, essa persistência do fenômeno da pobreza não se deve a uma escassez de recursos. Uma rápida comparação com outros países pode ilustrar melhor essa questão. Comparando a renda *per capita*, o Brasil se situa entre o terço mais rico dos países do mundo, mas apesar disso apresenta níveis de pobreza (cerca de 30% da população) muito acima da média dos países com renda *per capita* similar (cerca de 10%). De acordo com Paes de Barros et al. (2001), "caso o grau de desigualdade de renda no Brasil correspondesse à desigualdade mundial média associada a cada nível de renda *per capita*, apenas 8% da população brasileira deveriam ser pobres".

Analisando as últimas duas décadas pode-se observar que a desigualdade de renda apresenta níveis assustadoramente estáveis. Durante quase todo o período a desigualdade, medida pelo coeficiente de Gini, se mantém com valor próximo de 0,60, sofrendo alterações somente no sentido ascendente. Esse nível de desigualdade só se verifica em outros três países: Guatemala, África do Sul e Malavi. Os dados mostram também que, em alguns anos, a renda dos 10% mais ricos chega a ser 30 vezes maior do que a renda dos 40% mais pobres. Considerando as rendas dos 20% mais ricos e dos 20% mais pobres, essa distância chega a 35 vezes.

O grau da desigualdade de rendas é tão profundo que permanece praticamente inalterado, mesmo quando a pobreza diminui em função de modificações na economia, como aquelas introduzidas por planos de estabilização. Segundo os autores citados, no que se refere ao Plano Real, por exemplo, os dados não demonstram que tenha havido "qualquer impacto significativo sobre a redução no grau de desigualdade, apesar de a pobreza ter sofrido uma redução importante" (Paes de Barros et al., 2001, p. 22).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A gravidade da situação de miséria de grande parte da população exige que se repudie com veemência as insistentes tentativas das elites em mistificar o problema. A sociedade brasileira não aceita mais os discursos demagógicos que buscam circunscrever a pobreza a situações e localidades específicas, para depois oferecer soluções eleitoreiras. Tal como o assistencialismo eleitoreiro deve ser rejeitado, também o economicismo tecnocrata, igualmente mistificador. Já está mais que evidenciado que o crescimento econômico, por mais importante que possa ser, é absolutamente insuficiente para se acabar com a pobreza no país. Da mesma forma, o equilíbrio macroeconômico e a estabilização da moeda produzem, no máximo, efeitos mitigadores e temporários.

Qualquer tentativa, minimamente séria, de atacar os problemas da fome e da pobreza deve considerar a sua causa mais profunda: a exacerbada concentração de riquezas no país. Esse diagnóstico aponta, necessariamente, para a urgência de um amplo processo de redistribuição da riqueza nacional. E essa não é, evidentemente, uma tarefa que possa ser "deixada" para o mercado. Ao contrário, a experiência internacional mostra que só se resolve o problema da pobreza e da desigualdade com a ação firme e planejada do Estado.

As políticas públicas de combate à fome e pobreza não devem, portanto, se restringir a "compensar" os efeitos de um modelo econômico concentrador. Deve-se romper com a artificial separação das chamadas "áreas" econômicas e sociais. Não se pode esperar que a "área" social resolva o problema da pobreza enquanto a política econômica continua a promover a exclusão. Ainda mais se considerarmos que o atual governo desarticulou as experiências que poderiam conduzir à verdadeira Política Nacional de Segurança Alimentar. Além disso, na ausência de um projeto social mais articulado, as políticas sociais do governo são concebidas de forma fragmentada e implementadas de forma desarticulada.

A grande causa da falta de acesso aos alimentos e da desnutrição infantil é o baixo nível de renda.

Acreditamos que as políticas de combate à fome e pobreza e a promoção da segurança alimentar devem ser pensadas como parte de um projeto alternativo de desenvolvimento, que tenha como eixo central a determinação de um crescente processo de inclusão social. Portanto, o combate à fome e pobreza implica necessariamente um amplo e sustentável processo de distribuição de riquezas, que, em linhas gerais, deve se traduzir em:

- a) distribuição de renda. Políticas de geração de emprego e renda, recuperação do poder aquisitivo dos salários (especialmente do salário mínimo), programas de renda mínima etc.
- b) reforma agrária. Aceleração do processo de reforma agrária (com assentamento de todas as famílias sem terra) e ampliação das políticas de apoio à agricultura familiar.

Acreditamos que esses devem ser os princípios orientadores da construção de um projeto de combate à fome e pobreza e de promoção da segurança alimentar. Tendo a diminuição das desigualdades como um princípio básico, e inegociável, pode-se partir para um amplo processo de discussão na sociedade visando identificar as políticas e os instrumentos mais adequados para se acabar de vez com a fome e miséria no país.

*Professor da Escola de Agronomia da UFG. tassol@uol.com.br

** Professor do Departamento de Sociologia da UCG

REFERÊNCIAS

- INSTITUTO CIDADANIA. *Projeto Fome Zero: uma proposta de política de segurança alimentar para o Brasil (versão 3)*, 2001. PAES DE BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: Ipea, 2001. (Texto para Discussão, n. 800).
- ROCHA, Sônia. *Pobreza no Brasil: o que há de novo no limiar do século XXI?* 2000. Mimeografado.
- TAKAGI, Maya; GRAZIANO DA SILVA, José; DEL GROSSI, Mauro. *Pobreza e fome: em busca de uma metodologia para quantificação do problema no Brasil*. (Texto para discussão, n. 101). IE/ UNICAMP. Mimeografado.

Segurança Alimentar, Reforma Agrária e Agricultura Familiar

RESUMO

Propondo um enfoque sobre o combate à fome no Brasil para além de uma mera prática de distribuição de alimentos, o artigo pretende analisar como uma ação articulada do Estado que visasse promover a segurança alimentar poderia ter nas políticas de fortalecimento da agricultura familiar e de efetivação da reforma agrária componentes estratégicos de enfrentamento à miséria e à pobreza no meio rural, propiciando a geração de emprego, a distribuição de renda e a democratização da sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: fome, segurança alimentar, agricultura familiar, reforma agrária.

Combater a fome ou promover a segurança alimentar?

Diferentes campos científicos apreendem a questão da segurança alimentar sob os mais diversos enfoques analíticos. Enquanto os profissionais ligados às ciências da saúde tendem, por exemplo, a dar primazia aos aspectos relacionados à alimentação e ao estado nutricional dos indivíduos e das sociedades, os planejadores e teóricos do desenvolvimento rural centram suas análises e projeções em torno da produção e distribuição dos alimentos necessários a assegurar o pleno abastecimento das populações e, assim, combater ou prevenir as possibilidades de ocorrência da fome.

Neste texto, pretendo levantar considerações no sentido de se pensar o combate à fome na contemporaneidade brasileira para além dos estritos limites em

que isso tem sido considerado pelos governos brasileiros. Ou seja, pensar o combate à fome como instrumento compensatório aos efeitos economicamente recessivos e socialmente excludentes das políticas macroeconômicas de cunho neoliberal. Não obstante seja uma unanimidade nacional o apoio da sociedade brasileira ao Programa Fome Zero, lançado recentemente pelo governo – na medida em que não se pode desconsiderar a necessidade de ações emergenciais para mitigar o estado daqueles que vivem a ignóbil e injustificável situação de não dispor do alimento mínimo indispensável à reprodução humana e na medida em que esse processo certamente não será revertido pela ação das forças do mercado – é indispensável que a questão da segurança alimentar seja abordada sob uma ótica mais ampla.

O objetivo de que todos os homens e mulheres tenham assegurado o direito elementar de estar alimentado e protegido contra a fome abarca não apenas a questão de garantir o acesso aos alimentos aos consumidores (dificultado sobretudo por problemas de insuficiência de renda e não por problemas de escassez de produção, como muitos consideram), mas também de definir e operacionalizar políticas públicas direcionadas a assegurar a auto-suficiência produtiva do país, isto é, o pleno abastecimento daqueles produtos agrícolas considerados es-

tratégicos para contemplar as necessidades alimentares da população. Um enfoque abrangente e adequado de uma política de segurança alimentar deve enquadrar tanto aqueles segmentos sociais que passam fome (público-alvo do Programa Fome Zero, do governo de Luiz Inácio Lula da Silva), quanto aqueles responsáveis pela produção e oferta de alimentos – os agricultores. Portanto, mais do que intervenções compensatórias ou assistencialistas,¹ trata-se de conferir à questão agroalimentar a importância que merece, conceptualizando-a como um componente estratégico do perfil de desenvolvimento econômico-social que almejamos.

Nessa perspectiva, os beneficiados por uma política estatal que vise combater a fome não são tão-somente aqueles que apresentam problemas de acesso aos alimentos ou que vivem em extrema penúria econômica, mas também os trabalhadores rurais responsáveis pela produção de alimentos e, particularmente, o segmento de agricultores familiares, o qual historicamente se dedica à produção dos gêneros direcionados ao abastecimento do mercado interno brasileiro. Mesmo porque em algumas regiões, como no sertão e no semi-árido nordestino, os próprios agricultores familiares têm problemas de geração de uma renda capaz de contemplar as necessidades mínimas a uma vida digna.

Proponho-me, sucintamente, expor como uma "política de segurança alimentar" eficaz no Brasil deveria abranger, além de ações emergenciais, políticas estruturais permanentes de fortalecimento da agricultura familiar e de execução da reforma agrária. Nessa ótica, a questão da segurança alimentar deixa de ser uma mera questão de fornecimento de alimentos e passa a representar um elemento central das estratégias de desenvolvimento econômico-social, sobretudo do espaço rural.

Segurança alimentar e agricultura familiar no Brasil

Contrariamente ao caminho percorrido pelas principais economias do mundo, como os Estados Unidos, a Europa, o Japão e a Coréia, que elegeram a agricultura de tipo familiar como elemento estratégico de desenvolvimento econômico-social, as elites políticas brasileiras privilegiaram, historicamente, um perfil de desenvolvimento agrícola e agrário centrado na preservação da hegemonia da grande propriedade fundiária e na delegação à empresa capitalista de grande escala o papel de cumprir as principais funções macroeconômicas atribuídas ao setor agrícola em diferentes momentos.

Particularmente, o regime militar instaurado em 1964, através de uma política agrícola centrada na concessão de fartos subsídios, deu operacionalidade a um modelo de desenvolvimento agrícola e agrário que visou modernizar a agricultura brasileira, transformando o arcaico latifúndio tradicional em modernas empresas rurais que assumiam o encargo de aumentar nossas exportações agrícolas, financiando desse modo o processo de industrialização do país via "substituição de importações".

Pela intervenção estatal, portanto, configurava-se a consolidação de um modelo de desenvolvimento de cunho

socialmente excludente e ecologicamente predatório que, se, por um lado, significou um aumento considerável na produção de determinados produtos agrícolas e na sensível redução de alçuns,² por outro, representou a marginalização social, econômica e política de grande parte de nossos agricultores familiares que se viram na contingência de migrar para os grandes centros urbanos (entre 1960 e 1980, 28,5 milhões de pessoas deixaram o campo – equivalente, na época, à população total da Argentina).

Além do êxodo rural provocado pela expropriação de pequenos agricultores marginalizados pelas políticas de crédito do Estado e pela intensiva tecnicização dos processos produtivos, a "modernização conservadora" estimulou fortemente a concentração fundiária, decorrente, sobretudo, da apropriação das regiões de fronteira agrícola por grandes empresários interessados na especulação fundiária (processo que José de Souza Martins designou, com propriedade, de "territorialização da burguesia brasileira"). Ou seja, o modelo de desenvolvimento agrícola eleito não só não implicou a efetivação da reforma agrária, como acentuou ainda mais a já injusta distribuição da propriedade da terra no Brasil. A generalização de relações de trabalho de cunho temporário (o "bóia-fria") ajudava a compor um cenário que mostra o agravamento da pobreza e da miséria no meio rural brasileiro.

Em que pese essa desconsideração de políticas de segurança alimentar que almejassem assegurar, em primeiro plano, a auto-suficiência alimentar do país, a agricultura familiar demonstrou uma grande capacidade de adaptação e flexibilidade em relação a essa inserção periférica nas estratégias de desenvolvimento do meio rural no Brasil. Também não há dúvida de que a agricultura patronal mostrou nas últimas décadas um acentuado dinamismo, notadamente no que diz respeito à capacidade de aumentar continuamente sua participação nas exportações brasileiras e na consolidação das chamadas "cadeias agroindustriais", indicando que

hoje já não mais podemos falar da clássica separação entre uma agricultura familiar exclusivamente dedicada ao abastecimento do mercado interno e um setor empresarial capitalista voltado à produção de mercadorias valorizadas pelo mercado internacional.

A agricultura familiar brasileira tem como uma de suas características a diversidade socioeconômica e cultural. Nas regiões Sudeste e Sul do país consolidou-se um segmento de agricultores plenamente modernizado, desenvolvendo sistemas de produção altamente tecnicizados e intimamente articulados às agroindústrias processadoras de produtos agrícolas. Nas regiões Centro-Oeste, Norte e, principalmente, Nordeste, por sua vez, a agricultura familiar enfrenta as dificuldades de um processo histórico de configuração do espaço agrário sob domínio da grande propriedade; nessas regiões, normalmente associa-se agricultura familiar com unidades de baixa produção, precário desenvolvimento tecnológico e fraca capacidade de geração de renda.³ Isto indica que, paradoxalmente, muitos agricultores do Nordeste brasileiro são potenciais beneficiários dos programas emergenciais de combate à fome.

A capacidade dos agricultores familiares de reconfigurar seus sistemas produtivos e de estabelecer objetivos adaptados aos mais diferentes ambientes socioeconômicos é realçada por sua marcante participação na produção agropecuária nacional. Ainda que marginalizados do acesso à terra (os estabelecimentos rurais de tipo familiar perfazem um total de 4.139.369 – 85,5% do total de estabelecimentos rurais – e ocupam, segundo dados do Censo Agropecuário de 1995-96, 353,6 milhões de hectares, ou seja, tão-somente 30,5% da área total) e ao crédito agrícola (absorvem apenas 25,3% do financiamento total destinado à agricultura), os agricultores familiares dão uma contrapartida à relativamente muito superior, produção nacional, pois são responsáveis por 37,9% do valor bruto da

produção agrícola brasileira. Na região Sul, onde, pelo seu processo histórico de formação e desenvolvimento, a agricultura familiar se insere num ambiente socioeconômico mais favorável, os agricultores familiares respondem por 90,5% dos estabelecimentos da região, ocupam 43,8% da área e produzem 57% do valor bruto da produção. Revelando como a agricultura empresarial capitalista se expandiu fortemente nas últimas décadas na região Centro-Oeste (incentivada por programas oficiais de desenvolvimento regional), os agricultores familiares são responsáveis por apenas 16,2% do valor bruto da produção agropecuária regional, o menor percentual entre todas as regiões brasileiras (GUANZIROLI et al., 2001).

A importância da agricultura familiar não se restringe a produtos destinados ao abastecimento do mercado interno, como certas perspectivas dualistas costumam afirmar. Mesmo naqueles produtos tradicionalmente vinculados à exportação e/ou processamento agroindustrial, como soja, laranja e carne bovina, os agricultores familiares têm uma sensível contribuição; mas é, sobretudo, na produção daqueles produtos que compõem a dieta alimentar básica da população brasileira que sua presença é mais ressaltada, conforme se pode visualizar no gráfico ao lado.

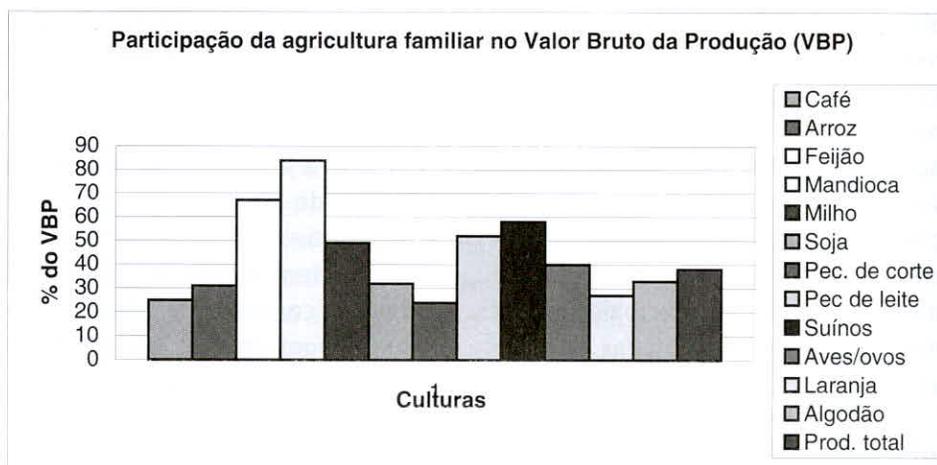
Esses dados, portanto, apontam que o fortalecimento da agricultura familiar pode efetivamente constituir-se numa das principais estratégias de efetivação de uma política de segurança alimentar no Brasil, possibilitando tanto o incremento da produção agrícola nacional, como também a reprodução social e econômica de um contingente significativo de trabalhadores rurais, que, mesmo vivendo sob condições de pobreza e miséria no campo, ainda resistem à estratégia sempre possível da migração para os grandes centros metropolitanos em busca de melhores oportunidades de vida.

Por um desenvolvimento rural sustentável: agricultura familiar, reforma agrária e preservação ambiental

A fome é a manifestação mais dramática do estado de miséria e pobreza absoluta a que contingentes não desprezíveis da população brasileira estão submetidos. Diferentemente de outros países, todavia, a fome no Brasil não é consequência da incapacidade de produzir alimentos em virtude de dificuldades impostas por condições climáticas ou catástrofes naturais. Ela decorre de fatores de ordem estrutural, da escolha de um determinado perfil de desenvolvimento que distribui de forma extremamente desigual tanto a riqueza gerada quanto os fatores de produção

PRONAF) provocam uma realidade marcada pela ausência de trabalho e pela obtenção de rendas insuficientes à reprodução econômica e social. Portanto, a fome não pode ser atribuída nem a fatores de ordem natural e nem mesmo de produção insuficiente à alimentação de todos; ela decorre de fatores políticos que produzem a exclusão social de milhões de trabalhadores rurais.

O resgate de uma cidadania dilacerada por processos econômicos, sociais e políticos injustos no meio rural, na contemporaneidade brasileira, passa por um conjunto de iniciativas que redefinem o perfil de nosso desenvolvimento rural. No atual contexto, a reforma agrária de caráter distributivista e produtivista não tem mais sentido; não se pode pensar em desarticular e desestabilizar o dinâmico setor agroindustrial, mas se pode atribuir à democratização do acesso à terra a função de criar formas de emprego e geração de renda a trabalhadores ru-



Fonte: Confeccionado a partir de GUANZIROLI et al. (2001).

necessários à viabilização dos processos econômicos. Se a fome no meio urbano é resultado, sobretudo, das dificuldades de acesso ao emprego e aos baixos salários, no meio rural pode ser atribuída, fundamentalmente, às precárias condições de reprodução dos pequenos agricultores. A extrema concentração fundiária, que produz os sem-terra e os sem-renda, e a falta de políticas específicas à agricultura familiar (em que pese a existência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar –

rais desprovidos dos elementares meios de sobrevivência. Além disso, em algumas regiões, como no Nordeste, Norte e parte do Centro-Oeste, a reforma agrária criaria as condições para um processo de dinamização econômica,⁴ rompendo as amarras ao desenvolvimento impostas pela ociosidade no uso da terra, pela prática de uma pecuária de caráter extensivo, pela superexploração da mão-obra, pela vigência de relações de trabalho ilegais (como as formas de trabalho escravo e infantil) e pela monopoliza-

Fome Zero e a produção de alimentos

A Escola de Veterinária da UFG e o Agronegócio das Cadeias Produtivas Animais

O programa Fome Zero, lançado recentemente pelo presidente da República, é um dos programas mais arrojados já concebidos no País, sob o ponto de vista da justiça social. Mesmo que não atinja totalmente os seus objetivos, mas por inserir na ordem do dia um assunto que envergonha toda a sociedade, por certo trará contribuição, pois parcela da sociedade poderá ser motivada para diminuir tão grave problema.

Atualmente existem milhões de brasileiros que ficam um ou mais dias sem se alimentar, e quando o fazem não são supridas as necessidades mínimas de calorias, proteínas, minerais e vitaminas. Portanto, uma, duas ou três refeições diárias para esse contingente de pessoas podem diminuir drasticamente diversos problemas como os da subnutrição, da falta de saúde e de uma conseqüente susceptibilidade a enfermidades diversas.

A implantação do ambicioso programa do atual governo demandará, de imediato, grande quantidade de alimentos, implicando a exigência do estabelecimento de metas para a produção de alimentos básicos de origem animal e vegetal. Os setores produtivos de aves, suínos, bovinos de corte e leite, peixes, caprinos e ovinos devem ser escolhidos pela capacidade de responder, em curto prazo, ao aumento da demanda na produção de alimentos de origem animal.

A produção animal brasileira, em especial a de alimentos básicos, enfrenta nas últimas décadas problemas causados pela opção de um modelo de desenvolvimento acelerado, tendo



Os setores produtivos têm capacidade de responder ao aumento da demanda na produção de alimentos de origem animal

como fulcro a modernização de alguns setores, via incorporação de tecnologias que demandam muito capital. Algumas áreas da produção animal não acompanharam a evolução do País, em função da falta de apoio básico no que diz respeito aos seus componentes de produção animal como qualidade genética, sanidade e sistemas de produção.

Cabe salientar que a alimentação humana tem despesas mais altas com os produtos de origem animal, e sua privação, obviamente, se dá com mais intensidade nos grupos de renda mais baixa, já com significativa carência de proteínas e calorias.

A proteína de origem animal é imprescindível à alimentação humana, visto que apesar de as pesquisas terem viabilizado espécies de cereais com maiores níveis de aminoácidos essenciais, a quantidade a ser consumida desses cereais ainda não recomenda esta opção. Assim, para obter uma quantidade apropriada de proteína a partir do milho, por exemplo, uma pessoa adulta deveria consumir 1 kg do cereal por dia, enquanto, com cerca de 150g de carne, essas necessidades podem ser supridas.

O último século foi o período áureo das inovações tecnológicas e das descobertas científicas mais importantes para a agropecuária. Vale citar, entre outras, a revolução verde, a adubação química, os defensivos, os pro-

motores de crescimento, a inseminação artificial e outras técnicas ligadas à reprodução, como transferência de embriões, clonagem, transgênicos e demais técnicas genéticas. No entanto, a comunidade científica ligada à produção agropecuária, preocupada com a devastação do cerrado vem recomendando a adoção de tecnologias para que não haja necessidade de incorporação de novas áreas para produção de pasto, grãos e outros alimentos, mas que o aumento da produção de alimentos venha em função do uso de tecnologias e conhecimentos já disponíveis. No Brasil, um estudo realizado nos centros de pesquisa leva em média três anos para ser publicado e até dez anos para ser adotado pelo setor produtivo. A preocupação com o cerrado se justifica, uma vez que este abriga cerca de 30% da biodiversidade brasileira, cujo potencial de riquezas e de contribuições para a humanidade sequer foi devidamente dimensionado.

Goiás apresenta um poten-

O papel da Universidade na política de combate à Fome

Ao buscar contribuir com o debate sobre o papel da Universidade no combate à fome, este ensaio chama a atenção para ações que visem não apenas intensificar a Extensão Universitária, na abordagem multidisciplinar do desenvolvimento sustentado da sociedade goiana, mas também se volta, sobretudo para a necessidade de implementar mecanismos de avaliação das políticas sociais com tal propósito.

Tentativas de inferir quanto a possíveis formas de controle dessa síndrome de sintomas múltiplos, assim como de otimizar os resultados dos esforços para combatê-la, através da melhor focalização de seus beneficiários, passam necessariamente pelo controle efetivo das etapas dos processos por toda a comunidade. A universidade tem a missão explícita de participar da liderança desse debate.

O desenvolvimento sustentado da sociedade, além da dimensão temporal, visando ao bem-estar da atual e futuras gerações, supõe a melhoria da vida, nas suas implicações social, econômica e ecológica. O contexto da vida humana, direitos e compromissos extrapolam possibilidades de soluções simples. Há que se contar com a participação de todos e a universidade deve assumir o papel de liderança nesse processo de discussão e formação de opinião sobre esses intrincados problemas que nos afligem.

A análise do processo de implementação de políticas e programas sociais constitui uma exigência fundamental à sua compreensão, na medida em que lança luz sobre os múltiplos aspectos da execução dessas políticas e programas que não podem ser captados por outros tipos de avaliação. Esta análise poderá servir ainda de monitoramento e acompanhamento de um conjunto de indicadores realizados no curso do processo de implementação e execução de programas.

Uma das críticas constantes à implementação de políticas sociais no Programa Avança Brasil é a ausência quase total de metodologias para a avaliação dos processos em implementação. As avaliações, ainda que previstas, constituem menor prioridade.

Nos meios acadêmico e de pesquisa não se pode dizer que não tenham ocorrido avaliações, mesmo porque todo o processo longo de planejamento estratégico conduziu a

avaliações individuais (às vezes distorcidas por quantificar mais que qualificar) que buscaram envolver os diversos grupos (professores, pesquisadores, técnicos, pessoal de apoio), além das análises de efetividade de processos.

Enquanto isso, como usuários potenciais das tecnologias geradas, foi possível exercer metodologias e análises de impacto socioeconômico, a exemplo de tecnologias, enfocando aspectos sociais (distribuição etária, escolaridade, condição no emprego etc), além dos indicadores econômicos, vinculados à análise de custo-benefício do emprego de determinada tecnologia, quando empregada em propriedades empresariais e familiares (TEIXEIRA et al., 1989, 1991, 2002).

Toda a experiência com avaliação de indicadores econômicos (produtividade, nível de emprego, renda das atividades) utiliza indicadores sociais que precisam não apenas ser mais bem especificados, mas principalmente "acompanhados", permitindo avaliações longitudinais.

A avaliação de impactos de políticas sociais não poderá prescindir de seus aspectos qualitativos, envolvendo opiniões dos diversos atores sociais – beneficiários diretos ou não das políticas. Quanto mais localizada, o que implica custos altos, e direcionada ao beneficiário direto, maior a chance de inferências seguras. Análises estatísticas, paramétricas ou não constituem instrumentos importantes para quantificar tais efeitos. Mais importante, mesmo nesse contexto, são os estudos amostrais, estatísticos ou de casos, que descrevam situação predominante na população analisada.

A definição do público-alvo da pesquisa é de fundamental importância, mas sua magnitude, na dimensão continental de nosso país, parece tornar inviáveis abordagens muito abrangentes. Estudos recentes vêm mostrando a possibilidade de inferências seguras, apenas por critérios de comparação entre grupos, tornando as estatísticas aplicáveis e promovendo análises comparativas entre diversos grupos, muito úteis para inferir os diferentes efeitos das políticas ou programas sociais (MONITORAMENTO...2002).

A vantagem dessa abordagem é reforçada pela possibilidade de repetir no tempo o acompanhamento dos indicadores estudados e de discutir sua evolução, entre grupos e dentro dos diversos grupos sociais previamente caracterizados.

Também a análise dos processos, conforme previstos na implementação das políticas se beneficia, no conjunto da avaliação, não apenas por poder acompanhar tais ações mas também por quantificar seus produtos e impactos. Um esforço adicional na análise dos economistas quanto à avaliação de produtos da política refere-se aos custos de tais ações. Constitui tarefa apenas possível, se contar com a vontade política de implementar tal esforço. Em qualquer evento, é necessário estar ciente de que uma avaliação de impactos não pode definitivamente prescindir de estudos de custo-efetividade.

Quaisquer dessas abordagens, além de localizadas, tanto quanto possível, devem conter características *ex-ante* assim como *ex post*, referindo-se a análises antes e depois das ações. Análi-

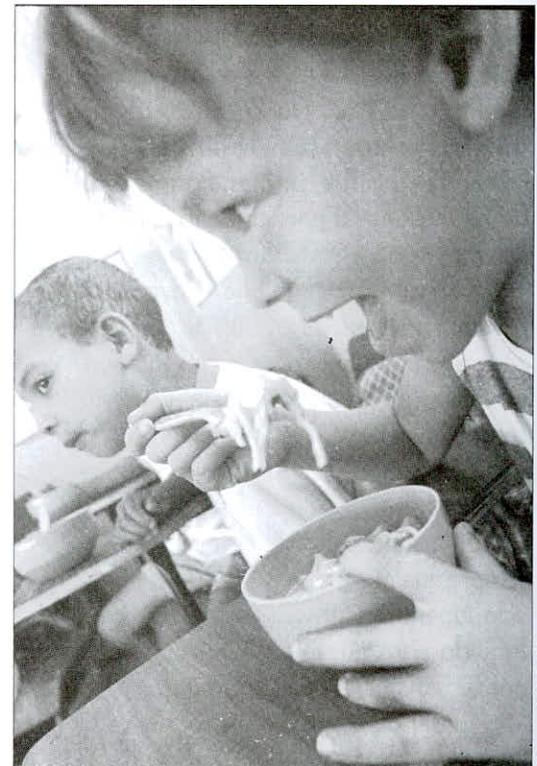


Foto: CEDOC/DM

ses *ex ante* constituem simulações baseadas em objetivos e metas devidamente quantificados e servem de ponto inicial da avaliação. As análises de impacto *ex post*, além de realizadas em avaliações longitudinais de monitoria e acompanhamento, devem contemplar anos subsequentes à finalização das ações. Portanto, não se deve questionar a exatidão de tais impactos, a não ser que análises detalhadas dos efeitos sobre os diversos grupos de comparação estudados sejam possíveis – dentro, entre e no tempo, beneficiários e não-beneficiários de diferentes classes sociais e de renda.

Nesse sentido, a avaliação dos impactos socioeconômicos de políticas, programas e tecnologias tem papel preponderante no seu redesenho com vistas a contribuir de forma efetiva e eficaz com seus propósitos de oferecer melhores condições de vida a todas as camadas sociais, permitindo seu contínuo, progressivo e sustentável desenvolvimento.

REFERÊNCIAS

- TEIXEIRA, S.M. *Avaliação Socioeconômica das Pesquisas da EMBRAPA na Região Centro-Oeste*. Brasília: EMBRAPA-DPL, 96p (EMBRAPA-DPL, 1989. Documentos, 9).
- TEIXEIRA, S.M. et al. *Agricultura de Subsistência da Produção de Arroz, Experiência no Maranhão*. Goiânia: EMBRAPA/CNPAP, documento, 1991. 36p.
- TEIXEIRA, S.M.; QUINDERE, M.A.W; MELO, R.N; SOARES, D.M. A. *Produção de Cauapi no Ceará: Implicações Empíricas da Adoção de Tecnologias Melhoradas*. EMBRAPA/CNPAP. Goiânia, 1991. 30p (EMBRAPA/CNPAP, Documentos, 37).
- MONITORAMENTO dos Programas de Bolsa Escola em Goiás. *Relatório para MEC e PNUD*. Brasília, 2002.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PÓS-GRADUAÇÃO NA UFG:

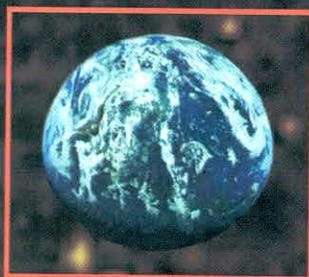
*Mais importante do que fazer diferença
é fazer com excelência.*

PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO/NÍVEL

-AGRONEGÓCIO	-M	-FÍSICA	-M
-AGRONOMIA	-M/D	-GEOGRAFIA	-M
-BIOLOGIA	-M	-HISTÓRIA	-M
-CIÊNCIAS AMBIENTAIS	-D	-LETRAS E LINGÜÍSTICA	-M/D
-CIÊNCIAS DA SAÚDE	-M/D	-MATEMÁTICA	-M
-CULTURA VISUAL	-M	-MEDICINA TROPICAL	-M/D
-DIREITO	-M	-MEDICINA VETERINÁRIA	-M/D
-EDUCAÇÃO	-M/D	-MÚSICA	-M
-ENFERMAGEM	-M	-QUÍMICA	-MAP
-ENGENHARIA CIVIL	-M	-ODONTOLOGIA	-M
-ENGENHARIA ELÉTRICA E DA COMPUTAÇÃO	-M	-SOCIOLOGIA	-M/P
-FILOSOFIA	-M		-M

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Prédio da Reitoria - Térreo - Campus Samambaia - CAIXA POSTAL 131
CEP 74001-970 - Goiânia, Goiás, Brasil
[Http://www.prppg.ufg.br](http://www.prppg.ufg.br) - E-mail: prppg@prppg.ufg.br
Fones (0xx62) 521-1076 - Fax (0xx62) 521-1163

PLANETÁRIO DA UFG



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PLANETÁRIO DA UFG
AV. CONTORNO - PARQUE MUTIRAMA - GOIÂNIA-GO
TELEFONES: (0xx)62 521-1600/1603
FAX: (0xx)62 521-1601
www.ufg.br/orgaos/planetario.html